

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2023 - Ata n.º 7.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Deputado **Marcel Micheletto**, na função de Presidente, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Cloara Pinheiro** (na função de 1.º Secretária) e **Maria Victoria** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **7.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sr.^a 2.ª Secretária Maria Victoria a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): (Procedeu à leitura da Ata da 6.ª Sessão Ordinária, de 15 de fevereiro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Ata aprovada. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a 1.ª Secretária, Deputada Cloara, se há Expediente a ser lido.

SR.^A 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD):

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 221509/22** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta a requerimento dos Deputados Arilson Chioratto e Goura; **Ofício n.º 72/2023-0682166**, autorizando a realização da Audiência Pública referente à apresentação formal dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do 3.º quadrimestre de 2022 da Secretaria de Estado da Saúde, no Auditório Legislativo desta Casa de Leis, no dia 7 de março do ano corrente, às 9 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Faremos agora a inversão do horário do Pequeno Expediente com o Grande. Devido a uma solicitação da Deputada Maria Victoria, o Grande Expediente de hoje será em homenagem ao *Dia Estadual de Conscientização das Doenças Raras*, na forma de Lei n.º 18.646, de 10 de dezembro de 2015, alterada pela Lei n.º 19.426, de 13 de março de 2018, com a apresentação da Dr.^a Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, médica neurologista, Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe. Quero também aqui fazer o anúncio e agradecer as presenças dos homenageados: Sr.^a Shirley Ordônio, Sr.^a Fernanda Akemi Machado Miyazaki Nichel, Sr. José Álvaro Carneiro e Sr. Rodrigo Bonfim. A Sr.^a Shirley é fundadora do Projeto *LIA – Lazer, Inclusão e Acessibilidade*, e representante da *Aliança Paranaense de Doenças e Síndromes Raras*; a Sr.^a Fernanda é Diretora da Organização Paranaense de Distrofia Muscular e representante da *Aliança Paranaense de Doenças e Síndromes Raras*; o Sr. José Álvaro Carneiro é Diretor-Geral do Complexo Pequeno Príncipe; e o Dr. Rodrigo Bonfim é assessor do Hospital Pequeno Príncipe. Quero aqui conceder a palavra agora à nossa nobre Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Senhor Presidente, peço permissão para fazer uso da palavra da mesa. Obrigada. Aproveito para cumprimentar também a

Dr.^a Josiane Souza, médica geneticista do Hospital Pequeno Príncipe, aqui presente; a Mouseline Torquato Domingos, Diretora do laboratório da *Fundação Ecumênica de Apoio ao Excepcional*, sempre prestigiando os nossos eventos; e o nosso querido Zé Álvaro, do Hospital Pequeno Príncipe, e em seu nome cumprimento toda a equipe do hospital, que faz um trabalho brilhante e colabora com este *Dia de Conscientização das Doenças Raras* desde 2015. Então, agradeço a presença de todos. Cumprimento o nosso Presidente Marcel Micheletto, 1.^o Vice-Presidente, hoje conduzindo a Sessão Plenária, também a Deputada Cloara, no papel de 1.^a Secretária, em seu nome cumprimento o Deputado Alexandre Curi, todos os Deputados e Deputadas presentes na Sessão Plenária e público que nos acompanha. O mês de fevereiro é dedicado à cor lilás, que representa a nossa bandeira de conscientização sobre as doenças e síndromes raras no Paraná. Tenho levantado esta bandeira em nossos mandatos aqui na Assembleia Legislativa, ressaltando a importância de nos unirmos em prol desta causa. Além da iluminação dos prédios públicos com a cor lilás, que, aliás, a nossa Assembleia está iluminada, estamos desenvolvendo e articulando diversas ações neste *Fevereiro Lilás*. Uma delas são estas camisetas da campanha, confeccionadas com muito carinho, em parceria com a *Aliança Paranaense de Doenças e Síndromes Raras* e a grande rede de voluntários e de voluntárias desta causa. Segundo estudos e pesquisas, mais de 500 mil pessoas são afetadas pelas doenças raras no Paraná, sendo essas doenças crônicas, progressivas, degenerativas e incapacitantes. Por isso é tão importante realizarmos a triagem neonatal para garantir o diagnóstico precoce. Somente dessa forma vamos ampliar duas áreas fundamentais para a nossa bandeira: multiplicar a comunicação com qualidade e capacitar mais profissionais. Com uma sociedade consciente e equipe treinada, vamos avançar ainda mais. Gostaria de deixar aqui registrado que ao longo dos anos, Deputada Luciana Rafagnin e Deputada Ana Júlia, falamos muito sobre as doenças raras e pela primeira vez teremos ainda no dia de hoje, às 16 horas, no Palácio, um evento em que a nossa Primeira-Dama do Estado do Paraná, Luciana Massa, está fazendo e apadrinhando essa causa em reconhecimento ao trabalho. Tenho certeza de que a mão da nossa Primeira-

Dama Luciana Massa vai fazer a diferença e conseguiremos a nossa ampliação tão sonhada, a ampliação da triagem neonatal. Quanto mais pessoas abraçarem esta causa, mais importante e mais conquistas teremos. Quero agradecer e fazer aqui um reconhecimento especial à Dr.^a Mara pelo trabalho brilhante que faz. As mães que nos procuram sempre fazem alusão ao seu nome, ao seu trabalho, à sua dedicação constante pelas nossas crianças e às famílias que possuem algum tipo de doença rara. Agradeço ao Zé Álvaro, ao Pequeno Príncipe pelo atendimento brilhante que fazem - são referência no cuidado às doenças raras, vem gente do Brasil inteiro para ser atendido no hospital de vocês aqui em Curitiba. Fico muito, muito feliz e satisfeita em dizer que a Shirley está compondo a nossa equipe, ela que por um período curto ajudou também o Deputado Michele Caputo, faz um trabalho brilhante, é nossa voluntária desde 2015 ajudando na organização dos eventos e para nós é uma honra enorme tê-la na equipe, no time - está fazendo um trabalho brilhante e merece todo o nosso reconhecimento, inclusive está caminhando aí pelos municípios do Estado do Paraná e levando a nossa camiseta, levando material de conscientização e capacitando educadores, profissionais de saúde a detectarem os sintomas e conseguirem contribuir com o diagnóstico precoce, que muitas vezes sabemos aqui que tem chance de cura para as nossas crianças, fazendo a diferença aí no dia a dia e na vida dessas famílias que, como mencionei, são mais de 500 mil pessoas só no Paraná, 13 milhões de brasileiros que têm algum tipo de doença rara e antes de 2015 ninguém falava nesse assunto. Aos poucos vamos evoluindo e, com o apoio de todos, com esta união com certeza conseguiremos. Agora vamos pedir também para a nossa Primeira-Dama ajudar junto à Secretaria de Saúde para fazer finalmente, Linda, a nossa ampliação da triagem neonatal. Parabéns pelo seu trabalho também, muito atuante. As homenagens que serão feitas aqui hoje inclusive, Shirley, foram homenagens que as próprias mães e Presidentes das Associações escolheram desta vez. Então, foi democraticamente, no grupo de *WhatsApp* houve uma votação e as pessoas que serão homenageadas aqui hoje foram escolhidas pelas mães e pelas pessoas que de fato sabem lá na ponta, no dia a dia, quem é que faz a diferença nesta causa. Então, para fazermos um

Legislativo forte e ajudar com Projetos de Lei regulamentados, para que o serviço de fato chegue na ponta, é preciso um trabalho coordenado, em conjunto com todos os Deputados aqui da Casa. Por isso, peço desde já o apoio de todos vocês para que possamos, juntos com os Parlamentares que também estão chegando agora na Casa, que ajudem esta causa tão importante, que levem a nossa mensagem, a nossa campanha para os municípios que vocês representam, para o público que vocês representam no Estado do Paraná, V.Ex.^{as} representam. Aproveito a oportunidade também para entregar, fazer aqui uma singela entrega aos Deputados Ademar Traiano, que está ausente, mas muito bem representado aqui pelo Deputado Micheletto e pela Deputada Cloara, em nome de todos os Parlamentares, e já enviamos as camisetas e as cartinhas para os gabinetes de todos os Parlamentares. E gostaria também, antes de fazer esta homenagem, ressaltar aqui a importância da Dr.^a Mara, que é Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Pequeno Príncipe, que vai fazer uso da palavra em nome dos homenageados no dia de hoje, junto à Dr.^a Josiane Souza, Felipe Guerra, que não pôde estar presente, mas depois faremos uma visita para fazer a entrega, também a Fernanda Akemi Machado Miyazaki Nichel e a Shirley Ordônio, que vêm realizando um trabalho ímpar na propagação desta bandeira. Vamos seguir levantando firmes e fortes a bandeira dos raros no Paraná. Lembrando diariamente que esta é uma causa fundamental, de extrema importância e que ainda precisa de muitos avanços. A união é o que vai solucionar esta causa tão importante e fazer com que as nossas crianças tenham mais chances de evolução, diagnóstico precoce e muitas vezes cura. Sempre à disposição de vocês. Muito obrigada pela presença e parabéns pelo brilhante trabalho que os nossos homenageados do dia de hoje estão fazendo. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Também queria aqui fazer uma saudação à Dr.^a Josiane Souza e também à Sr.^a Mouseline Torquato Domingos. E aqui, antes de dar a palavra à Dr.^a Mara Lúcia dos Santos, queria dizer à Deputada Maria Victoria e a todos os integrantes do Hospital Pequeno Príncipe que o hospital tem uma relação muito próxima também com a minha família. O meu irmão Leonardo teve quatro cirurgias muito pequeno com o Dr.

Sabbag, Sabbag Filho, um médico exemplar, competentíssimo, fantástico e que nos fez, a família, ter muita proximidade com o hospital. Meu pai foi Deputado Federal por seis mandatos e também colaborava muito com o Hospital Pequeno Príncipe. Mas, a dedicação que vemos de todos os colaboradores do Hospital Pequeno Príncipe é gigantesca. Vocês não têm ideia da importância que vocês têm nas nossas vidas, das nossas famílias, daqueles que já tiveram o trabalho exercido por todos vocês, quanto vocês ajudaram a tranquilizar famílias de todo o Brasil que passam ali dentro. Então, quero falar um pouco da passagem que a minha família teve com o meu irmão Leonardo Augusto Micheletto e com o Dr. Sabbag, um ser humano sem palavras da grandeza e do trabalho que ele exerceu dentro desse hospital. Então, queria também parabenizar todos vocês. Levem o nosso abraço, a nossa dedicação e o nosso carinho por este hospital. Quero aqui, então, passar a palavra à Dr.^a Mara Lucia Schmitz Santos.

SR.^A MARA LUCIA SCHMITZ SANTOS: Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui à Deputada Maria Victoria, parceira antiga já das doenças raras. Agradecer a *Aliança Paranaense de Raros*, que vocês são fantásticos, todos. E você, Shirley, obrigada pelo convite, Linda, todas vocês que sempre estão aí conosco. Muito obrigado. Então, vamos lá! O convite é para falar um pouquinho das doenças raras. O que são doenças raras? Acho que a maioria de vocês já sabe, são doenças que acometem uma a cada duas mil pessoas na população. Sabemos que 80% delas são genéticas e 75% a 80% acomete as crianças, lembrando que 30% dessas crianças morrem antes dos cinco anos de idade. Então, é bom sempre lembrarmos a importância das doenças raras, que são doenças progressivas, difíceis, temos hoje mais de 5 mil doenças raras. De cada três a cada 10 brasileiros possuem as doenças raras, ou seja, em cada 100 pessoas oito são portadoras de doenças raras. Como a Maria Victoria falou, 500 mil em Curitiba são portadores de doenças raras. Aqui tem as associações de doenças raras do Paraná, se esqueci de alguma que me desculpem, mas devemos muito tudo isso, hoje estarmos aqui, às associações de pais e de mães. Vocês que nos movem, vocês que nos levam e agradeço do fundo do coração a todos vocês. Quando falamos de avanços e desafios de

doenças raras - e estamos em uma casa de políticos, de Deputados -, é muito importante. Por quê? Porque precisamos de políticas públicas para as doenças raras e nas políticas públicas temos que saber quão importantes são, e são políticas públicas, políticas de estado e não políticas de Governo. Então, precisamos da política de estado e não de um Governo de hoje só, mas do futuro e do amanhã. As doenças raras tiveram uma notabilidade maior e um custeio a partir de 2014, com a Lei n.º 199, e isso melhorou muito a qualidade do atendimento das doenças raras, que até então elas não existiam grosso modo. A partir de 2016, foram formados centros de referência de doenças raras no Brasil e fomos o primeiro cadastrado no Brasil. Graças a isso, temos hoje um custeio que conseguimos manter o ambulatório, que até então era impossível ter esse ambulatório. Com essas políticas públicas, o que tivemos de avanços e desafios? Temos a obrigação de fazer o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação desses pacientes. Como que fazemos o diagnóstico precoce? Temos aqui uma representante da Fepe, a Mouseline. O precoce está onde? Na triagem neonatal, onde temos que fazer, ampliar esses exames na triagem neonatal. A partir do ano 2000, o que tivemos? Novos exames, novos sequenciamentos genéticos e com isso mudou a trajetória das doenças raras. Aqui temos um painel mostrando a evolução das doenças raras. Então, a partir de 2000, temos quase mais de 6 mil doenças raras. Então, no Brasil, hoje, temos 300 doenças raras que são tratáveis. E o diagnóstico precoce? Então, o teste do pezinho seria o sonho de todos nós. Temos que ter o tratamento também, porque não adianta somente fazer o diagnóstico, mas preciso tratar o paciente. E lembrar que até hoje, no Estado do Paraná, preciso entrar com uma judicialização para conseguir uma lata de leite para uma dieta especial. Já que estou aqui com todos vocês, se vocês pudessem nos ajudar que isso mudasse, porque faço o diagnóstico e o que acontece? Essa mãe fica buscando a dieta própria. Até ela judicializar, demora de três a seis meses para ela ganhar essa dieta e muitas vezes essa criança morre nesse período. Infelizmente, teria várias histórias aqui para contar o que acontece com essas crianças. Então, gostaria que vocês me ajudassem muito, pelo menos aqui no Estado, se pudessemos mudar isso, pudessemos mudar esta situação. Além

disso, dos tratamentos, vou voltar aqui, temos o quê? Terapia e reposição enzimática, dietas, transplante de medula óssea. E o que precisamos hoje também? Leitos para transplantar os nossos pacientes. Então, fazemos o diagnóstico e não tenho leito para transplantar o paciente. Também preciso disso. Então, depois, se alguém quiser conversar sobre isso, estamos extremamente abertos para ver o que vocês podem nos ajudar sobre isso. E vejam, nos Estados Unidos a FDA liberou 660 medicamentos que já foram aprovados; no Brasil foram aprovados 70 medicamentos a partir de 2019. Veja quanto ainda temos que galgar, quanto temos que melhorar para isso. A partir disso, hoje temos também mil novas terapias. É o objetivo do consórcio de doenças raras mundial até 2027. Mas, não adianta nada progredirmos tanto se não tivermos o diagnóstico. Então, precisamos de diagnóstico. E outra coisa que trago para vocês é a reabilitação desses pacientes. Faço o diagnóstico e trato, e onde faço fisioterapia? Onde faço fonoaudiologia? Não sei se vocês já visitaram as escolas especiais e se puderem visitar vocês vão ver que as filas são de um a dois anos. Isso no Estado do Paraná, que é um estado com um poder aquisitivo alto. Então, isso me deixa muito triste, porque faço o diagnóstico de um paciente, ele entra nessa fila e fica um ano para conseguir fonoaudióloga, fisioterapeuta, TO. Adianta fazer tanto diagnóstico de autista? Onde ele vai ser atendido? Não adianta só isso, preciso de mais, precisamos das políticas públicas e precisamos de vocês. Além disso, mostramos neste artigo a evolução que temos. Então, qual é o impacto de tudo isso que temos? Qual é o impacto? Temos aqui o peixinho pequeno até a baleia e tudo isso mostra a evolução dos exames moleculares que temos. Precisamos da grande baleia pegando tudo. Esse exame o SUS não custeia, nem muitas vezes a medicina privada custeia. E é um exame que você acha que é caro? Ele custa em torno de R\$ 3 mil e 500. Ah, é caro? Sabe quanto é uma diária de uma UTI neonatal que um hospital gasta? Mais de cinco mil. O exame fica barato, porque se eu fizer o diagnóstico precoce eu trato essa criança direito, senão fico tratando “A” e essa criança tem uma doença “B”. Fica muito mais caro para o estado. Se vocês aceitarem, um dia trazemos uma proposta mostrando quando custa uma criança sem diagnóstico dentro de uma UTI e quanto custa uma criança com

diagnóstico. Sai muito mais barato para todos nós. E o que é a triagem neonatal? A Mouseline está aqui e já falou tantas vezes sobre a importância da triagem. É uma medicina preventiva. Aqui são todos os critérios. Não vou ler isso para vocês. O Paraná já tem teste da orelhinha, do ouvidozinho, do coraçãozinho, da linguinha e o teste do pezinho, mas moramos em um país que é continental e não somos igualitários. Então, o Paraná faz uma média. Se vocês forem ver pela cor, ele é um rostinho mais claro, seis doenças, sete doenças. Alguns estados já estão fazendo 23 doenças. São Paulo, por exemplo, hoje já faz 23 doenças no diagnóstico. Minas Gerais está fazendo também. O Distrito Federal faz 50 patologias. E estamos ainda nas seis, sete doenças. Aqui está o teste do pezinho. A lei que foi sancionada por aprovação em 2021, das cinco etapas. Vamos ver quando elas vão começar. Torcemos para que comece isso cedo. Por quê? Aqui é o paciente do SUS que vai ter direito a diagnóstico precoce. E aqui é a medicina privada, onde gasto R\$ 1 mil e 200 neste teste do pezinho pago, onde faço o diagnóstico de 340 doenças. Viu como não somos igualitários? Somos muito diferentes. Gostaríamos de deixar o nosso País mais igualitário. Aqui é o custo do teste do pezinho no Brasil. Sabe quanto custaria você acionar o teste do AME no teste do pezinho? Segundo este dado que coletamos, R\$ 9,82. Então, se você for ver, nada disso é tão caro! O que é caro? Talvez o tratamento? Sim. Cuidar desse paciente? Sim. Mas estamos caminhando para isso. Aqui vou só trazer um dado da *fenilcetonúria*, que já faz no teste do pezinho. Se não tivéssemos no teste do pezinho hoje a *fenilcetonúria*, teríamos 10 crianças a mais por ano com paralisia cerebral ou com retardo mental. Então, vejam a importância que é o teste do pezinho. Sempre falo que não quero crianças nas Apaes. Amo as Apaes, mas quero que as crianças vão para as escolas normais. Não quero que elas frequentem, não quero que elas tenham uma deficiência intelectual e vão frequentar as escolas especiais. Trago este dado aqui para vocês. A toxoplasmose congênita, gente, são 72 crianças por ano com toxoplasmose. Faz microcefalia, coriorretinite, deficiência intelectual, epilepsia e depois os ambulatórios de neuropediatria não têm vaga. Não vai ter nunca, porque está aumentando. A sobrevivência aumentou das nossas crianças. A deficiência de

biotinidase é a mesma coisa, que já está no teste do pezinho. Aqui uma doença que se chama adrenoleucodistrofia, a incidência de um para 16 mil. Aqui na parte de cima uma criança que morreu, que é o irmão; o debaixo fizemos o diagnóstico e ele é normal hoje. Então, isso que queremos mostrar. AME. Por que não falar do AME? Quanta medicação temos hoje. Antigamente, morriam todas. Sou do tempo em que a UTI do hospital tinha sete crianças com AME internadas. Eram moradoras do hospital. Impactava em tudo em uma sociedade, não tinha vaga para internar asma, não tinha vaga para internar pneumonia porque o AME estava na UTI. Hoje não, hoje temos o AME em casa tratando e podemos internar as outras crianças, porque temos as vagas na UTI. Então, muda-se toda uma rede de uma sociedade com isso. E na conclusão o que temos? O impacto é positivo por quê? O diagnóstico pode ser precoce. Podemos ter menos hospitalização, podemos ter menos pacientes em UTI, podemos diminuir o custo da saúde pública e privada, não só da pública. E sabemos que essas famílias se desagregam quando você tem uma criança especial – 80% dos pais vão embora, a mulher fica sozinha com esse filho. Além de tudo, teremos o quê? O aumento da expectativa de vida, uma diminuição de vagas nas escolas especiais, já que nós não temos. Então, essa é a conclusão. E qual é o impacto negativo? Os desafios de uma equidade para todo o País, o custo financeiro para tudo isso, e lembrar que o programa de triagem neonatal não é somente triar, é sim prevenir, diagnosticar, tratar e acompanhar esse paciente. E uma das coisas que sentimos falta é de um hospital de adulto que atenda os raros. Temos uma dificuldade enorme com isso. Quando os nossos pacientes crescem, não sei onde mando. *Ah, tem tantos hospitais de adultos.* Mas não tenho médico que saiba manusear esse paciente. Então, precisamos formar. E precisamos de vocês para tudo isso. Muito obrigada a todos vocês e agradeço a oportunidade de estar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Nós que agradecemos, doutora, pela sua palestra e a compreensão de todos nós Deputados que estão aqui. Neste momento, convido a Deputada Maria Victoria e demais os Deputados e Deputadas para procedermos à entrega de uma Menção Honrosa às homenageadas presentes. Quero aqui também fazer uma saudação especial, a

pedido do Deputado Batatinha, a presença dos Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Sr. Everaldo Cousseau e Sr. Ilario Cardoso, e do Ex-Prefeito Adroaldo Hoffelder, sempre chamado carinhosamente por nosso sempre Prefeito “Sassá”. Saudar aqui também os Vereadores de Paraíso do Norte, a pedido da Deputada Maria Victoria, Vereador Sucuri, Heitor Pacheco e o Vereador Jaime também. **Suspendo a Sessão por alguns minutos**, para os cumprimentos e registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Retomando a Sessão, faço a consulta ao 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós - PL): Sim, Ex.^a, Presidente desta Casa, Deputado Marcel Micheletto: **Mensagem n.º 4/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 58/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação dos trechos rodoviários que especifica e a transferência desses ao Município de Pinhais; **Mensagem n.º 5/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 59/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Umuarama do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 6/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 60/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Cambará do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 7/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 61/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Marechal Cândido Rondon do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 8/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 62/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação

ao Município de Piraquara do imóvel que especifica. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Senhoras e Sr.^s Deputados, iniciamos o Pequeno Expediente. Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, Na semana passada vimos um fato lamentável, uma tragédia no Litoral Norte do Estado de São Paulo que vitimou mais de 65 pessoas já, sendo que algumas ainda estão desaparecidas. Esses fenômenos resultantes das mudanças climáticas que atingem todo o Planeta Terra são atribuídos única e exclusivamente à natureza, Mas com prevenção, com cuidado, com respeito das autoridades ao ser humano - e legítima - em relação aos reais problemas sociais enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade é possível evitar que desastres como esses aconteçam ou pelo menos, se não evitar, diminuir a quantidade dos mesmos mundo afora. Ontem, eu vinha no voo comercial de Foz do Iguaçu e coloquei no avião um programa em que aquele repórter Cabrini, se não me engano Roberto Cabrini, que faz excelentes reportagens, mostrava que essa tragédia que aconteceu no estado de São Paulo era uma tragédia que poderia ter sido evitada e que vários alertas de Ministério Público, de Defesa Civil, de serviços nacionais haviam sido feitos. Percebi que o Governador de São Paulo Tarcísio de Freitas agiu rápido. Aliás, está surpreendendo como gestor estadual, ele que já tinha sido um excelente Ministro de Infraestrutura e Transportes. O Governador Ratinho Júnior, do Paraná, foi solidário, em pleno feriado de Carnaval entrou em contato com São Paulo, colocou a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros à disposição. Agiu também como estadista e como pessoa que se preocupa com o ser humano, mesmo não sendo essas pessoas moradoras do Paraná, e fez muito bem o Governador. Mas, nessa reportagem de ontem, detectei uma informação que me deixou extremamente preocupado, Deputado Tito Barichello. A informação de que um levantamento do Serviço Geológico Nacional e do Serviço de Proteção Federal, junto com a Defesa Civil do Brasil, detectaram que tem mais de 14 mil pontos, vejam só, mais de 14 mil pontos de riscos altíssimos de desastres naturais

ou deslizamentos de terras no Brasil. Isso é muito preocupante. São mais de 4 milhões de pessoas vivendo em áreas de desastres naturais, de riscos de desastres naturais. O IBGE é ainda mais ousado nos dados que traz e chega a afirmar que mais de 8 milhões de brasileiros estariam morando em áreas sujeitas a deslizamentos, e quase nada ao longo dos anos foi feito para prevenir esses problemas. É bem verdade que aqui no Paraná a Defesa Civil, quando acontece uma calamidade pública, faz um trabalho hercúleo, heroico, digno de aplausos, mas temos que nos preocupar com o futuro, temos que fazer prevenção. Por isso mesmo estou enviando um expediente à Secretaria Estadual das Cidades, agora temos uma Secretaria das Cidades no Estado e quem tem que cuidar desse tipo de assunto, no que se refere às obras para realocar as pessoas, é a Secretaria das Cidades, com o auxílio da Cohapar. Estou requerendo ao Secretário das Cidades... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Um minuto para concluir, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Estou requerendo ao Secretário das Cidades, o Eduardo Pimentel Slaviero, as seguintes informações: Se o Serviço Geológico do Brasil detectou pontos de alto risco de desastres naturais ou deslizamentos no Paraná e, em caso afirmativo, em quais municípios esses pontos estão localizados; Quais providências estão sendo tomadas pela Secretaria das Cidades para prevenir e evitar acidentes dessa natureza; Quais as obras previstas no plano de gestão da Secretaria de Estado das Cidades para 2023 e 2024, com o objetivo de realocar essas pessoas e de conter acidentes naturais e deslizamentos de encostas nos municípios do Paraná; e qual o plano de contingência detalhado da Secretaria de Estado das Cidades para os casos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... qual o plano de contingência detalhado da Secretaria de Estado das Cidades para os casos de desastres naturais ou deslizamentos? Essas informações são muito importantes, porque temos previsão de muitas chuvas nos próximos dias, vêm aí em breve as águas de março. Lembro-me, Deputado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Agradeço pela gentileza. Lembro-me de que uma noite tive que ir, durante a madrugada, no bairro da CIC para socorrer pessoas que me telefonaram, porque a CIC estava completamente alagada. Precisamos saber qual é o plano da Secretaria das Cidades para os locais de riscos de desastres naturais nos municípios do Paraná. Obrigado pela gentileza. Este tema é muito importante, por isso sei que o senhor foi benevolente ao permitir que eu pudesse concluir, inclusive extrapolando o meu tempo. Muito grato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Obrigado, Deputado Ney. Deputado Ricardo Arruda, V.Ex.^a tem agora a sua fala.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente e demais colegas Deputados e Deputadas e todos que nos acompanham aqui na Sessão Plenária. Bem, quero iniciar minha fala aqui e dizer da minha solidariedade às famílias do Litoral Norte de São Paulo que foram atingidas e castigadas pelas fortes chuvas. Foi uma tragédia que teve vítimas, muitos perderam a vida, algo realmente muito trágico, e não é a primeira vez que acontece isso aqui em São Paulo e Brasil afora. Quero parabenizar o Governador Tarcísio pelo excelente trabalho, pela responsabilidade que teve de atender com responsabilidade e com sensibilidade as famílias do Litoral Norte e as cidades que foram atingidas. Infelizmente, se as pessoas de São Paulo, do Litoral Norte fossem depender deste atual Presidente insensível e irresponsável, eles iriam ter apenas R\$ 2 milhões. Essa foi a verba que o Lula destinou para ajudar esses municípios! Depois aumentou para 7

milhões. É uma verdadeira vergonha uma atitude dessas! Esse sujeito não tem um pingão de sensibilidade e de respeito com o povo, e ainda se diz *pai dos pobres*. Lembrando que, em 2021, as regiões da Bahia e de Minas Gerais foram castigadas fortemente pelas chuvas e o Governo Bolsonaro destinou R\$ 700 milhões para atender as pessoas, porque é um Governo que trabalhou para o povo com respeito e sensibilidade. Agora, esperar o quê deste Lula? Alguém que prometeu na campanha, falou de boca cheia que ia dar aumento no salário-mínimo e teve a *cara de pau*, Deputado Marcel Micheletto, de dar míseros R\$ 18,00. Este Presidente que ofereceu picanha e cerveja. Dezoito reais não compra picanha, não compra cerveja, pode comprar uma bandeja de ovos. Esse é o *pai dos pobres*. Lembrando que ele ficou 37 dias hospedado no melhor hotel de Brasília, na melhor suíte, pagando R\$ 5 mil a diária. Olha, isso aí é um escárnio! Falta de vergonha na cara! Lembrando que ele gastou 400 milhões para comprar mobília para o Palácio, porque não estava de acordo com o padrão dele de um ex-presidiário. Ora, gente, a que ponto chegamos no Brasil! Aproveito aqui também para responder ao Doutor Antenor, Deputado Estadual da Bancada do PT, que da mesma maneira como a maioria da esquerda destila ódio e mentiras, destila *fake news*. Ele teve a *cara de pau* de ir naquela tribuna dizer..., querendo me corrigir que eu tinha que estudar mais para falar do PIB. Doutor Antenor, tenho 30 anos de mercado financeiro e sou formado nessa área, o senhor é formado em medicina. O senhor tem muito que aprender e se quiser lhe dou uma aula. Quando falamos em crescimento de PIB, e a fonte é o Fundo Monetário Internacional, o FMI... Porque eu dou fonte e o senhor dá a fonte do PT, que não serve para nada! O crescimento do PIB é em porcentagem, não em valores, não! Você não pode comparar um país de um tamanho com um país de outro tamanho, isso não existe! Só alguém que não tem noção nenhuma de economia, zero, é que pode falar uma besteira dessas. Outra besteira que o senhor falou lá, outra *fake news* é dizer, teve a *cara de pau* de dizer que as manifestações da esquerda nunca quebraram nada. Olha, Deputado, o senhor começou muito mal nesta Casa! O senhor não está na Câmara de Guarapuava, que o senhor podia mentir à vontade. Aqui vamos mostrar a verdade e o senhor vai passar vergonha. O PT quebra tudo

sempre e há anos, ele invadiu o Congresso Nacional em 2006 e quebrou tudo, invadiu o Itamaraty e quebrou tudo. Manifestantes do MST invadiram o Palácio do Planalto, em 2014, e quebraram tudo, invadiram o Ministério da Agricultura e destruíram tudo. Enfim, PT, todas as manifestações do PT são violentas, quebra-quebra, briga com policiais, destruição de patrimônio público e privado. Falo e vou mostrar os vídeos. Quero ver o senhor falar das nossas manifestações de direita, que nunca foram violentas, zero de violência. E quem invadiu e quebrou tudo no dia 8 foram os contratados do PT e a... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Ricardo Arruda, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... sempre terão o nosso prestígio e apoio, porque sempre fizeram manifestações com zero de violência, durante os quatro anos de Governo Bolsonaro e durante os 72 dias em frente aos QGs. São famílias que portavam bandeira do Brasil, a Bíblia, que cantavam o Hino, oravam e expressavam a sua opinião. E aí o Lula disse um dia: *Temos que acabar com essas manifestações em frente aos quartéis*. Qual era o jeito? Vamos armar uma situação para culpá-los de terroristas. Exatamente. Por isso a paúra do Lula e do Flávio Dino que a CPI ocorra. Mas vai ocorrer, no Senado e na Câmara Federal. A verdade será dita e provada e os culpados devem ser punidos. Quem sabe? Quem foi o mandante? Vamos descobrir. Não adianta vir com mala de dinheiro querendo comprar todo mundo. Alguns se vendem, infelizmente, mas a maioria não vai... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Arruda, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... os Deputados do Paraná Federais que não assinarem a *CPI dos Atos do Dia 8*, vou revelar um a um neste Plenário e vamos cobrar, o povo vai cobrar, porque quem não assinar uma CPI que é importantíssima para provar a verdade e inocentar quem não teve culpa nenhuma com... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Obrigado, Deputado Arruda. Queria fazer um apelo aos Deputados todos que estão no Pequeno Expediente para cumprirem com o horário. É importante, porque temos uma sequência de vários outros Deputados. Quero fazer um pedido aqui agora. Deputado Jacovós, no Pequeno Expediente, por cinco minutos.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente e demais Pares, é uma satisfação estar retornando à tribuna desta Casa. É o primeiro pronunciamento desta Legislatura. Quero cumprimentar os novos Deputados, as Deputadas e desejar um mandato muito profícuo nesta Casa. Subo nesta tribuna hoje para falar de um absurdo de aumento de tributos, de taxas ocorrido no município de Sarandi. O município de Sarandi é um dos maiores municípios do Estado do Paraná, com 125 mil habitantes, mas é uma população humilde, uma população trabalhadora. Não temos ricos em Sarandi, não temos milionários em Sarandi. Ocorre que a atual administração do município de Sarandi, de uma hora para outra, resolveu reajustar um tributo em 300%, uma tal taxa de coleta de lixo. A coisa é tão grave que alguns empresários de Sarandi receberam o carnê de taxa de lixo de R\$ 100 mil, três ou quatro vezes maior do que o valor do IPTU! Acho que deve ser um lixo milionário que estão recolhendo no município de Sarandi. Já me manifestei na minha rede social. Para mim é roubo qualificado, roubo à mão armada da população pobre e humilde de Sarandi. Aliás, temos aqui nesta Casa a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e dos municípios, que não me lembro quem é o Presidente, mas já vou me informar, que vou apresentar um Requerimento pedindo a convocação do Prefeito de Sarandi, do Secretário de Finanças de Sarandi, para virem aqui explicar como se pode aumentar, em uma crise como esta que estamos vivendo, em 300% uma taxa de lixo! A taxa de lixo para alguns munícipes é três vezes maior do que o IPTU. Então, é um absurdo total! Então, não poderia deixar de me manifestar aqui nesta tribuna com relação a isso. E outro assunto me traz aqui, Sr. Presidente. Hoje, quando vinha do Norte do Paraná para Curitiba, passava por Ponta Grossa e ouvia a Rádio CBN. E na Rádio CBN, a repórter da Rádio CBN falava que o Coordenador da Frente Parlamentar do Pedágio da Assembleia Legislativa do

Paraná, que é o Sr. Arilson Chiorato, Deputado muito competente e capaz, que, de uma forma muito competente, conduziu a Frente Parlamentar do Pedágio aqui nesta Casa, tive o prazer de ombrear com o Arilson em muitos municípios onde a Frente Parlamentar do Pedágio se instalou, para defender os interesses do povo do Paraná, mas aí a repórter da CBN dizia que o Coordenador da Frente Parlamentar do Pedágio no Paraná e, lógico, da Assembleia Legislativa tinha apresentado um protocolo com algumas intenções da Frente Parlamentar em Defesa do Pedágio ou em Defesa dos Direitos do Povo Paranaense. Olha, fui um dos primeiros a assinar essa Frente aqui na Legislatura passada. Fui um dos primeiros! Mas, não fui comunicado de que a Frente estava protocolando alguma coisa em nome da Assembleia Legislativa. E aí, conversa vai e conversa vem, falei com o Romanelli hoje aqui e o Romanelli disse, juntamente com o Arilson e com o Evandro Araújo, nosso preclaro Deputado do Norte do Paraná, que teriam assinado esse protocolo que é uma intenção, uma exposição ao Governo do Paraná. Então, o que eu gostaria, Sr. Presidente desta Casa Marcel Micheletto? A Casa, através da Mesa, precisa se pronunciar rapidamente se nesta Casa, atualmente, nesta Legislatura existe alguém nomeado, indicado por Resolução ou por Portaria para falar em nome da Casa, em nome de uma Frente Parlamentar de Pedágio; porque se tem, eu desconheço. Pelo o que sei, a Frente Parlamentar do Pedágio que existia na Legislatura anterior, terminou a Legislatura, essa Frente se extinguiu. Pode até ser que se abra uma nova Frente e o Arilson, como eu disse, Deputado muito competente e capaz, seja o Presidente da nova Frente. Mas, neste momento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Jacovós, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Gostaria de usar o horário do PL.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Correto.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): O Deputado Arilson se pronunciou na *Jovem Pan* de Maringá, que atinge 3 milhões de ouvintes, e o Arilson falou em

determinado momento que existe até conluio deste Governo com possíveis empreiteiras! Como assinei essa Frente e o Arilson está falando em nome da Frente, não posso admitir que se fale que o Governo do Paraná tenha algum conluio com alguém. Então, não admito que ninguém fale aqui como Deputado representando uma Frente, porque assinei a Frente anterior. Acho que o Deputado Arilson, como disse, muito competente e capaz, liderança, pode falar como Presidente do PT do Paraná e como Oposição. Aí ele pode *dar nome aos bois*, falar quem participa de conluio, de maracutaia e tudo mais! Agora, não pode falar em nome de uma Frente Parlamentar, porque daí está falando em nome de todos. Quero dizer aos nobres Deputados que estão aqui chegando que nós Deputados da Situação fomos muitíssimos prejudicados pela Oposição no mandato anterior, porque assinamos a Frente, todos, no começo, acho que fui o terceiro ou o quarto a assinar em defesa do povo do Paraná, começamos a fazer as Audiências Públicas e tudo em paz; quando chegou o momento de votarmos a concessão do Governo do Paraná ao Governo Federal, para que o Governo Federal fizesse uma única licitação em relação ao pedágio, na Bolsa de Valores, tudo documentado, o que a Oposição fez? Nós que votamos a favor da concessão, a Oposição pegou nossos rostos e queriam até fazer *outdoor* que tínhamos vendido as estradas do Paraná. Falaram isso aos quatro cantos do Paraná. Eu dizia, em um dos discursos do Arilson aqui, o Arilson subiu, falou, falou, falou. *Arilson, o problema está resolvido, porque você está dizendo que o próximo Presidente da República será o Lula, que foi preso, ex-presidiário*. Falei: *Arilson, está resolvido o problema, porque o Lula vai ser o Presidente*, - o que eu dizia que não ia ser naquele momento -, *o Lula dá uma canetada e resolve esse problema do pedágio*. Agora está muito fácil, Arilson. O Arilson que inclusive é o único Deputado que sei que ia falar lá bom dia para o Presidente Lula. Ele tem os méritos em relação a isso. O Arilson pega o telefone e liga para o Lula: *Lula, mete a caneta aí e resolve esse problema do pedágio do Paraná*. Aliás, o ex-presidiário, que agora é Presidente, ele dizia que o pedágio seria de apenas R\$ 5,00 no Brasil. Então, o problema está muito fácil de resolver. Só quero, Sr. Presidente, que a Assembleia Legislativa do Paraná, através de V.Ex.^a, peça para a Secretaria de Comunicação emitir uma

nota aos órgãos de imprensa dizendo que neste momento não existe Frente Parlamentar nenhuma que represente a Assembleia Legislativa e que se alguém falar que está falando em nome de uma Frente Parlamentar está no mínimo deixando de contar a verdade, para não dizer que é uma informação mentirosa. Então, assim, com todo respeito ao meu nobre colega Arilson, neste momento a Assembleia Legislativa também precisa definir. Tem dois Requerimentos pedindo a criação de uma Frente Parlamentar de acompanhamento dos novos contratos de pedágio, porque a Frente anterior era *Frente Parlamentar de Extinção dos Contratos de Pedágio*. Ora, se os contratos de pedágio se extinguíram em novembro de 2021, aquela Frente perdeu o objeto.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Jacovós, permite-me um aparte?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Perdeu o objeto.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Permite-me um aparte, Deputado? Romanelli.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Romanelli, com toda a certeza, um aparte.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Não. Quero dizer o seguinte, daqui a pouco usarei o horário da Liderança do PSD e vou falar justamente sobre a audiência que tivemos com o Ministro dos Transportes. Esse documento que assinamos, eu, o Deputado Arilson, mais o Deputado Tercilio e o Deputado Evandro Araújo, que, aliás, quero oferecer a V.Ex.^a para assinar também como Parlamentar, creio que V.Ex.^a toca em um ponto fundamental, que a Mesa Diretora desta Casa ou, melhor dizendo, até a Comissão Executiva tem que resolver a questão jurídica que envolve a criação ou a manutenção da Frente Parlamentar anterior ou a criação da nova Frente Parlamentar. Porque, independente do conteúdo que a Frente Parlamentar vai defender, o importante é a Frente estar constituída e, obviamente, por maioria dos seus membros, vai

deliberar sobre os temas que são postos. Por outro lado, o Deputado Arilson, eu e o Deputado Tercilio, tudo que estamos fazendo, o Deputado Evandro, está baseado em um Manifesto que V.Ex.^a assinou, como também os outros 53 Parlamentares, que é o Manifesto do Poder Legislativo Estadual, que assinamos em 2021. Esse é de fato um documento consensual. Esse documento depois vou falar da tribuna, vou fazer as explicações técnicas do ponto de vista que estamos tratando. Mas, penso que o fundamental é mais do que discutir neste momento o conteúdo, no caso da sua fala, que acho importante, V.Ex.^a chama atenção para a forma, ou seja, a formalização da Frente Parlamentar aqui na Casa é absolutamente fundamental para que este debate se dê no nível que todos esperamos. Nesse sentido quero, com algumas divergências da sua fala, mas vou cumprimentá-lo justamente pelo encaminhamento, que é fazer com que a Comissão Executiva dê uma solução. É isso.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Perfeitamente, Deputado Romanelli. Já vou conceder um aparte ao Deputado Do Carmo. O que queremos é que à frente da Frente Parlamentar do Pedágio tenha um magistrado, tenha alguém que conduza as coisas sem politicagem. Sem politicagem! Coloque o ponto, o contraponto, o senso, o contrassenso e vamos apresentar um documento técnico. Porque ser for para pegar a Presidência de uma Frente e ficar falando que *fulano* tem conluio com *sicrano*, tem que apresentar provas no Gaeco, no Ministério Público, sem politicagem. Está entendendo? Então, assim, o que estou falando, com todo o respeito, está na entrevista do Arilson. Tenho aqui, foi falado, sim, que havia conluio. Então, não dá. Se eu assinei uma Frente e não estou sabendo desse conluio. Não é isso? Um aparte ao Deputado Do Carmo.

Deputado Do Carmo (UNIÃO): Deputado Jacovós, primeiro quero parabenizá-lo pela sua fala em relação ao pedágio. Temos que ficar muito atentos nesta Casa de Leis para chamar uma responsabilidade que não é nossa. Não somos o Poder Executivo nem da União e nem do Paraná. A responsabilidade do pedágio está nessas duas Frentes, estamos colaborando com essa pauta. Sobre a questão de Sarandi, desculpe até interromper para falar da cidade, o senhor abordou o

assunto nos seus programas de televisão com muita propriedade. Não estamos aqui para julgar o Executivo de uma cidade ou outra, porque é muito difícil ser político neste momento do País, mas temos que ter a coerência principalmente quando vai se lançar o imposto. A fórmula que foi usada naquela cidade foi errônea, porque não se pode calcular a questão do lixo para ter lucro, para ter superávit em lixo. O lixo, pelo Tribunal de Contas, deve ser custeado - se ele custou 7 milhões, tem que dar 7 milhões. Então, quero parabenizá-lo pela abordagem do assunto. Estaremos juntos também fazendo um ofício para o Tribunal de Contas para questionar a forma que é cobrada o lixo na cidade de Sarandi. Obrigado, Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Concedo um aparte ao Deputado Arilson, caso queira se manifestar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vou usar a *questão de ordem*.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Ok. Olhe, então, Do Carmo, inclusive poderíamos assinar em conjunto a convocação do Prefeito de Sarandi, através da Comissão de Fiscalização da Alep, - acho que temos esse poder - para o Prefeito vir aqui explicar esse aumento de 300%, estapafúrdio, irregular, roubo a mão armada. Aqui quem está falando é o Deputado Delegado Jacovós ao povo de Sarandi, sofrido, humilde. Impossível um empresário pagar um carnê de R\$ 100 mil de taxa de lixo, sendo cobrado por metro quadrado 3,75. É lógico que partes da indústria durante o ano não vão produzir lixo, vai produzir lixo a parte que efetivamente constrói, onde os objetos são produzidos. O escritório vai produzir qual quantidade de lixo? O que se cobra por metro quadrado é um absurdo. Não há o que discutir. Com relação a essa questão do pedágio, espero que a Presidência da Casa emita uma nota dizendo que aqui não temos Frente neste momento. A Frente anterior se extinguiu. Se for criada uma Frente, que pode ser o Deputado Arilson, não tem nenhum problema que seja o Arilson, desde que ele aja como magistrado, de uma forma totalmente singular, e que possamos

apresentar dados técnicos às entidades produtivas do Paraná, à Fiep, à Faep, como fazíamos durante as idas às cidades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Questão de ordem*, Deputado Micheletto. Quero fazer aqui uma informação, principalmente ao meu amigo Deputado Jacovós. Existem dois pedidos, sim, de constituição de Frente Parlamentar sobre o pedágio. Mas, para corroborar, Deputado Jacovós, com a vossa fala, que omite o fato principal e esse fato, encontra-se documentado aqui na Assembleia que os Deputados protocolizaram no dia 23 de janeiro, antes do término do mandato, um pedido de prorrogação da Frente Parlamentar, amparado no art. 7.º da Resolução n.º 17, de 14 de dezembro de 2016, desse regulamento. Nós entramos primeiro do que o término do mandato com um pedido de prorrogação e até agora a Mesa não se manifestou. E também entrei, para garantir a permanência da Frente, com um pedido de constituição de uma nova Frente, antes inclusive da abertura de protocolo de V.Ex.^a. Vossa Excelência tem um argumento, eu tenho outro. Nunca usurpei o papel de Coordenador da Frente Parlamentar do Pedágio, e não faço isso. Tenho hombridade e sou leal a todos aqui. Nunca incentivei a colocar a cara de ninguém em cartaz, pelo contrário, quando foi cobrado por alguns aqui, cobreí que quem fazia isso estava errado. Então, quero na fraternidade, como gosto de V.Ex.^a, é meu conterrâneo de Apucarana, quero pedir que a Casa de fato faça a autorização do Requerimento postulado primeiro, com 19 assinaturas, oito assinaturas a mais do que as pedidas, com oito partidos constituídos, cinco a mais dos três que eram previstos, e tenhamos a Frente prorrogada e acabe com essa discussão. O pedágio nunca foi tratado por minha pessoa como uma questão de Oposição ou de Situação, de direita ou de esquerda, sempre foi uma questão pontual. Então, quero corrigir e quero providências nesse Requerimento, o primeiro postulado nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Bom, ouvindo aqui o Deputado Arilson, ouvindo o Deputado Romanelli e ouvindo a fala do Deputado Jacovós, é necessário, é importantíssimo que tomemos essa decisão o mais rápido possível. Vou levar isso ao Presidente. Estou hoje como Presidente aqui,

mas quero levar esta mensagem ao Presidente Traiano. Quero fazer um apelo aqui aos Deputados todos desta Casa: Temos que trabalhar com racionalidade. Esta Casa aqui está acima dos interesses ideológicos, partidários. Essa Frente Parlamentar foi finalizada na gestão que acabou agora, em janeiro, com Parlamentares, assinaturas. Agora estamos em uma nova Legislatura. Precisamos juridicamente mostrar quem está falando a verdade. Tenho certeza absoluta de que esta Casa vai tomar essa decisão. E precisa ser feito até agora, quarta-feira. Quero conversar isso com o Presidente Traiano porque, no que entendo juridicamente, a Frente Parlamentar da Legislatura passada acabou dia 31 de janeiro. Houve um pedido dia 23, como disse aqui o Deputado Arilson, e não tem como fazermos isso, na minha visão, na minha tese, mas temos que aqui ouvir o jurídico, de reconduzir os mesmos personagens, porque são assinaturas diferentes, são novos Deputados que têm o direito de participar dessa nova Frente Parlamentar, e já existem inscrições nesta nova Legislatura, já no primeiro dia desta nova Legislatura. Então, precisamos verificar quem está com a razão e juridicamente aqui temos condições para isso. E tenho absoluta certeza de que ainda esta semana, quero fazer este apelo como 1.º Vice-Presidente, estou aqui hoje como Presidente, mas levarei esta mensagem ao Presidente Traiano, para que tomemos a atitude correta, certa. Acima de tudo, faço novamente este apelo, que esta Casa tem a responsabilidade de colaborar com o povo paranaense de forma racional e equilibrada, sem levar para o campo político-ideológico. Tenho absoluta certeza de que teremos sucesso nesta nova Legislatura, porque são novos Deputados que querem também participar. E aquilo que juridicamente vai nos levar a informação daqueles que integrarão essa nova Frente Parlamentar, que tenham o cuidado, o zelo e a responsabilidade, como eu disse, de forma muito racional, muito presente de colaborar com o Estado do Paraná, para que possamos ter de forma organizada o peso e a força desta Assembleia, porque é a voz do povo paranaense, para que possamos conduzir com responsabilidade. Então, vou fazer esse apelo e até amanhã ou quarta-feira precisamos definir qual é a Frente correta que vai seguir falando sobre este tema dos pedágios. Quero

aqui passar a palavra ao Doutor Antenor, cinco minutos para o Deputado agora, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todos e todas. Minha saudação ao nosso povo do Paraná, ao povo da nossa região. E o agradecimento todo especial ao povo de Guamiranga, que me recebeu em uma tarde encantadora, onde jogamos futebol depois de anos e anos parados, mas fomos desafiados e lá estivemos, em uma atividade que juntou a música, juntou o esporte, as reivindicações do Prefeito de Guamiranga e da população em geral, que nos acolhe, nos recebe, sabendo que vamos até lá porque precisamos ouvir o nosso povo e a partir dali nos posicionarmos. Também assim foi na cidade de Irati e em Teixeira Soares, onde terminamos a nossa caminhada no final de semana. Hoje trouxe aqui um poema que durante muito tempo nós da esquerda sempre achávamos e atribuíamos ao Maiakovski e de fato não se sabe ainda de quem é, mas é algo extraordinário, porque ele fala dessa visão da pós-modernidade, do recuo às vezes de nós que lutamos tanto na esquerda e que nos encolhemos de fato, temos que ouvir palavras de missionários que defendem o Bolsonaro com unhas e dentes. O Bolsonaro, diga-se de passagem, que agora trouxe às claras, para quem durante muito tempo acreditou que ele não tinha se vacinado, a partir da quebra do sigilo, o *bicho véio* se vacinou, gente, como falamos lá em Guarapuava, pois é, ele se vacinou, a dose única da Janssen, vacinou-se bonito, escondidinho. Seiscentas mil pessoas morreram, muitas acreditaram que com *Ivermectina* e com *Hidroxicloroquina* se curariam, resolveriam o Covid, destruiriam um vírus, mas isso nunca ocorreu. Há pesquisa suficiente no mundo inteiro demonstrando isso e ele nos enganou. Às vezes, o Missionário do Bolsonaro sobe ali e joga tudo nas nossas costas, como se fôssemos de fato o grande mal deste País. Não é isso. E vou citar o Maiakovski porque não recuamos, nossos companheiros da luta não recuam. Maiakovski, atribui-se a ele. Um dia, talvez, o autor fique bem manifesto. *Na primeira noite, eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam nas flores, matam nosso cão e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles, o mais medíocre deles entra sozinho em nossa casa, rouba a nossa*

luz e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada. Essas palavras têm que retumbar, têm que ecoar na nossa resistência Paraná afora. Não são palavras de mediocridade, de insanidade, de mentiras repetidas várias vezes, como assim gostava Goebbels no nazismo, que farão nosso povo conhecer as trevas como verdade. É necessário que esclareçamos. Hoje aqui quero também aproveitar para prestar esta homenagem muito profunda ao que aqui vimos com relação às doenças raras. E queria aqui, para homenagear a Dr.^a Mara e os outros que aqui estiveram, lembrar de Raoul Follereau. Raoul Follereau, na França subdesenvolvida, também com projetos muito bonitos na África, ele jornalista, filantropo, intelectual, poeta, combatente do nazifascismo, perseguido por tal posicionamento ideológico também, com campanhas no mundo inteiro, ele vai ao encontro dos hansenianos, na época chamados de leprosos, e através de suas campanhas um milhão de pessoas são curadas no mundo. Esse ativismo da luta pela vida é fundamental e nada tem de maior compromisso evangélico com as palavras do nosso Deus que ir ao encontro ao outro fragilizado, exemplo aqui colocado por essas companheiras grandiosas, esses companheiros que aqui estiveram, da busca do diagnóstico precoce. Mas que também, se fizermos um corte e olharmos com mais profundidade ainda os excluídos, que não têm acesso a praticamente a nada, certamente haverá de se multiplicar o número de pessoas atingidas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Um minuto. Essas doenças raras têm uma incidência muito maior, até porque o alcance do diagnóstico nas camadas mais populares é sempre dificultado pela questão cultural, pela fome, pela miséria, por todas as dificuldades postas por nós há muitos anos, por todos os Parlamentares que aqui trabalham e convivem. Então, parabéns a essa gente que luta e que continuará lutando, porque a vida é a maior riqueza que temos. Se esquecermos da vida, se esquecermos dos mais frágeis, não adianta gritar em nome do nosso Deus, porque Ele não nos ouvirá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputada Ana Júlia, V.Ex.^a é a próxima oradora no Pequeno Expediente.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Presidente Micheletto, todos os nossos Deputados e Deputadas e a todos que nos acompanham. Estamos encerrando o mês de fevereiro e aqui, hoje, tivemos uma belíssima fala sobre as doenças e síndromes raras. Encerrando este mês, começamos o mês de março, onde, no dia 8, celebramos as mulheres e falamos sobre o papel das mulheres na sociedade e as inúmeras dificuldades que enfrentam. E nesse sentido quero lembrar e dizer que nesse último final de semana acompanhamos o julgamento da Ana Paula Campestrini, uma mulher de 39 anos que foi brutalmente assassinada pelo seu ex-marido, porque esse não aceitou o fim do relacionamento e não aceitou o fato de a Ana Paula estar naquele momento em um relacionamento com outra mulher. E nesse sentido é muito importante que debatamos a violência de gênero, a violência doméstica, a violência contra as mulheres e o feminicídio e é necessário ter esta nomenclatura do feminicídio. Um ex-marido que mandou assassinar, que achou que, pelo fato de não estar mais naquele relacionamento, poderia ser dono da vida de Ana Paula. E de fato é uma tristeza, principalmente porque não é um caso isolado, principalmente porque não foi o último e não foi o primeiro. Então, é uma tristeza de fato pensarmos e lembrarmos que todos os dias as mulheres sofrem com a violência doméstica, com o feminicídio e tantas outras violências. Mas também de puxar a nossa responsabilidade e lembrar que, infelizmente, o poder público muitas vezes não consegue fazer com que esses casos não aconteçam, não consegue agir antes de uma fatalidade e de como precisamos pensar na melhoria das políticas públicas e, como Deputados e Deputadas, em fiscalizar essas políticas públicas. E também quero aqui lembrar e dizer que o nome da Ana Paula teve justiça por duas grandes Promotoras, a Dr.^a Ticiane Louise Santana Pereira e a Dr.^a Roberta Franco Massa, que fizeram uma sustentação muito bonita e deram justiça à Ana Paula e a todas as mulheres. Por conta disso, protocolamos um requerimento pedindo uma moção de louvor e de aplausos às Promotoras, que cotidianamente militam arduamente e trabalham na pauta da violência de gênero e na defesa das mulheres, essas mulheres que são

destaques no nosso Estado quando o assunto é violência de gênero. E, a exemplo delas, lembrar aquilo que hoje mais cedo todas as Deputadas desta Casa discutiram durante uma entrevista para o 8 de Março, a importância de as mulheres estarem em todos os espaços de poder, na política, na Assembleia, mas também no Executivo, também no Judiciário, para que possamos pensar na sociedade não só pela igualdade, mas também pela equidade. Por isso, uso aqui este espaço para essas considerações, para a presente manifestação em prol da memória da Ana Paula Campestrini, em homenagem às Promotoras que fizeram justiça e a todas as mulheres que fizeram justiça em seu nome, e para que usemos o mês de março e o 8 de março para falar de todas as dificuldades que as mulheres enfrentam, de todas as violências e de tudo aquilo que devemos avançar enquanto Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Marcelo Rangel, V. Ex.^a tem a palavra.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muita boa tarde, Sr. Presidente Marcel Micheletto. Boa tarde, Sr.^s Deputados e Deputadas. Subo à tribuna hoje como Deputado Estadual. Recebi o convite do Governador Ratinho Júnior para integrar a equipe de Governo como Secretário de Inovação do Estado do Paraná. Já quero agradecer a todos os Parlamentares que assinaram a Frente Parlamentar de Inovação. Teremos muito trabalho na área de tecnologia, de novidades e principalmente de desburocratização e de inovação no Governo do Estado. Mas, hoje subo à tribuna, caro Deputado Hussein Bakri, para falar a respeito do tema que o Deputado Ney Leprevost também abordou aqui nesta tribuna, a respeito da tragédia que se abateu sobre a cidade de São Sebastião, em São Paulo, com dezenas de mortos, chegando a quase 60 vítimas. E, por incrível que possa parecer, vou falar sobre a atitude dos cidadãos brasileiros, de alguns cidadãos brasileiros que, nos momentos mais difíceis, tornaram-se aproveitadores. Nos momentos de maiores dificuldades existem os aproveitadores, os corruptos que acabam se aproveitando dos momentos mais difíceis. Lá em São Sebastião, caro Presidente Marcel Micheletto, alguns comerciantes desleais estavam vendendo

um litro de água a R\$ 93,00, enquanto as pessoas estavam agonizando, principalmente crianças. Isso acontece, infelizmente, de maneira trivial no nosso País. Muitos aqui Deputados já presenciaram acidentes com carretas, onde o motorista, os ocupantes estão precisando de ajuda, de auxílio e existem saqueadores se aproveitando daquele momento. Acontece também em casos onde existem apenas algumas notícias que podem alterar a economia do nosso País, já se antecipam oferecendo reajustes desleais, como aconteceu inclusive de ontem para hoje com relação à gasolina. Senhores Deputados e Deputadas, Deputada Francischini, protocolei, como Deputado ainda, nesta Casa, um Projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a penalização de pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem de forma desleal a fim da supervalorização de preços em períodos de calamidade pública ou catástrofes de grandes proporções. E de que forma a Assembleia Legislativa, o Parlamento Estadual pode fazer a penalização? Na verdade cortando os benefícios, na verdade cassando inclusive as inscrições estaduais, os alvarás estaduais, para que não aconteça mais aquilo que estamos vendo no dia a dia, no meio de catástrofes alguns se utilizarem desse momento tão triste para ganhar dinheiro de maneira desleal. Também, da mesma forma, encaminhei outro Projeto sobre a criação do *Fundo Humanitário Paranaense de Catástrofe*, o FHPC. Acabamos encaminhando o Projeto de Lei que oferece a sugestão de o Poder Executivo do Estado do Paraná constituir esses recursos para esse Fundo Humanitário em caso de catástrofes, que inclusive tem a participação dos próprios Deputados em 0,1% das emendas impositivas, mais 15% do valor das multas ambientais aplicadas aqui no Estado do Paraná e 10% dos valores decorrentes de devoluções de recursos não utilizados pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública no ano fiscal anterior. Com isso, poderemos oferecer certa segurança para casos como o que aconteceu em São Paulo, como aconteceu no passado no Rio de Janeiro. Caro Presidente Marcel Micheletto, é muito triste você ver crianças... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Marcelo Rangel, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Para concluir, Sr. Presidente. Criança sofrendo, senhoras, senhores, velhinhos, idosos, pessoas com deficiência sofrendo e, enquanto isso, desleais, corruptos tirando proveito no momento mais difícil de uma família. Por isso, a Assembleia não pode se calar. Quero pedir a ajuda e o apoio de cada Parlamentar para que possamos aprovar essas duas menções, esses dois Projetos de Lei que protocolo na tarde de hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pelo Horário das Lideranças, pela Liderança do PSD, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, 1.^a Secretária, Deputada Mara Lima, e Secretária Flávia Francischini, que compõem, de forma muito apropriada, a Mesa Diretora desta Sessão. Mas... Ao mesmo tempo, a felicidade que tenho de ter lutado por criar a Bancada Feminina nesta Casa e também de ter, hoje, as mulheres participando da Mesa Diretora, que é uma grande conquista para este Parlamento. Mas quero dizer, Líder Hussein, Líder Requião Filho e demais Parlamentares, que subo aqui à tribuna para fazer uma prestação de contas a esta Casa, utilizando o Horário da Liderança do PSD. E quero agradecer, Deputado Hussein, a toda a nossa Bancada aqui na Casa do PSD, ao Governador Ratinho pela confiança de me delegar essa missão de liderar a maior Bancada desta Casa neste Parlamento. E o farei com extrema responsabilidade e, ao mesmo tempo, de forma que possamos ter um sistema permanente de consulta entre nós para que a Bancada se fortaleça e, ao mesmo tempo, claro, cada Parlamentar possa exercer com muita proficiência o seu mandato nesta Casa. O tema que trago hoje é um tema que acabou de ser discutido aqui, não era nem minha intenção de falar, mas seria impossível neste momento não fazer um esclarecimento. No dia 9 de fevereiro, estivemos em uma audiência com o Ministro Renan Filho e o Presidente da ANTT, Rafael Vitale. Essa audiência foi marcada pela Presidente Nacional do PT, a Deputada Gleisi Hoffmann, e compareceram o Deputado Tadeu Veneri, Deputado Federal, a Deputada Carol Dartora, o Deputado Enio Verri e até o futuro

Deputado, enfim, o Elton Welter, que também estava participando. E participaram também o Professor Dr. Roberto Gregório da Silva Junior, que vem a ser o Presidente do Instituto de Tecnologia de Transportes e Inovação da UFPR, e também o Dr. Klaus Kuhnen, que é o Gerente-Jurídico da Faep. Essa audiência, Sr.^{as} e Sr.^s, foi para tratar de forma soberana um tema que é da preocupação de todos os paranaenses. Por quê? Porque desde o ano passado o Tribunal de Contas da União terminou a análise para poder fazer a licitação da nova modelagem de pedágio aqui no Estado do Paraná. Por que o pedágio não foi negociado no ano passado, não foi licitado no ano passado? Não foi licitado porque o Governador do Estado, precavido, segundo constatamos lá em uma audiência, não fez a delegação das rodovias estaduais para o Governo Federal. Até hoje não foi feito. Então, é impossível o Governo Federal licitar sem que haja a delegação dessas rodovias do Estado do Paraná, porque elas compõem os lotes, ou então o Governo Federal cumpra aquilo que era a ameaça sempre do Ex-Ministro Tarcísio, de licitar o pedágio sem as rodovias estaduais, só fazendo a concessão das rodovias federais. Pois bem, Sr.^{as} e Sr.^s, o que eu queria dizer é que fomos a Brasília e esse documento que vou encaminhar hoje a todas as Senhoras e Senhores, este Ofício n.º 6, que foi assinado por mim, pelo Deputado Arilson Chiorato, pelo Deputado Tercilio Turini e pelo Deputado Evandro Araújo, que quero abrir o SEI e convidar quem quiser depois a ler o documento e assinar também o documento, porque o documento é tecnicamente robusto, não é um panfleto. Não é um documento, Deputado Jacovós, que faz nenhum tipo de afirmação, inclusive não trata as questões específicas relativas às questões que envolvem o Governo do Estado. É um documento dirigido à ANTT e ao Ministro dos Transportes, com cópia para o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e ao Ministro Chefe da Casa Civil, Rui Costa, quem tem a competência de fazer a modelagem das concessões do Governo do Presidente Lula. O fato concreto que fomos lá tratar é que queremos o que esta Casa quer, queremos uma licitação sendo feita pelo menor preço e sem aporte, porque o aporte, nós sabemos, inibe o desconto na fase de lance. Qual é a empresa que vai pagar 15 milhões para dar 1% de desconto até os 10%? Cada ponto percentual tem que

pagar 15 milhões; depois dos 10%, dos 11% aos 17%, tem que pagar 60 milhões para dar cada ponto percentual; e depois dos 17% ainda vai ter que ter o pagamento de 150 milhões por um ponto percentual de desconto. Ou seja, é um modelo feito pelo governo anterior que é para não ter desconto. Ora, não estamos tratando de modelagem de pedágio, estamos tratando um modelo de negócio. Se estivéssemos fazendo uma empresa estatal, estamos definindo, então, uma concessionária de serviço público, porque a concessionária de pedágio é uma concessionária de serviço público. Agora, o ganho de eficiência tem que ser em quem deu o maior desconto, a maior redução da tarifa, porque o TCU disse, Deputado Gugu Bueno, Vice-Líder do Governo, que se for implantado esse modelo o pedágio do Paraná poderá voltar em até 13% mais caro do que quando ele encerrou, em novembro de 2021. E não estamos falando nem de processo inflacionário, aqui não está a inflação ainda somada nisso. Ou seja, a proposta, a promessa feita pelo Ministro, Ex-Ministro Tarcísio era de uma tarifa reduzida em média de 50%. Pois olha, Senhores, isso não vai acontecer se o Governo Federal mantiver o modelo que está lá aprovado pelo antigo Ministério e pela ANTT. Este documento aqui foi um documento elaborado - e chamo a atenção de todas e todos que leiam o documento, - é um documento que é tecnicamente bem construído, podemos debater. Estou à disposição para debater o tema com quem tiver maior interesse em se aprofundar. Mas, indiscutivelmente, temos que fazer o barateamento das garantias para ter certeza de que as obras serão realizadas – por isso que queremos o depósito de caução e não o aporte, porque não queremos aventureiros, como as empresas passadas. O pedágio do Paraná - tem um documento do TCU - custava aqui no Paraná em média o dobro do que custa nas outras 20 concessões federais que foram estudadas. E essas questões, minha gente, pode o pedágio voltar mais caro do que era. Além disso, a eliminação, por exemplo, do Hedge Cambial pago previamente, previamente, antecipadamente. O que é isso? É cobrar 4% da margem da tarifa se uma empresa contratar empréstimo em moeda estrangeira e tiver desvalorização cambial – isso pode ser feito nos encontros de contas quinquenais que prevê o contrato. Outra coisa, não foi feita a interface com as cidades. Temos as obras das

idades importantes que não estão previstas e isso vai ter problemas sérios se não for revisto essa modelagem. Recontagem de tráfego. Olha, a Socipar, que é a Sociedade Civil Organizada de Paranaíba e Região, pagou, os seus associados pagaram para fazer a recontagem da própria empresa Perplan, que havia feito para a EPL. Pois olha, Senhoras e Senhores, no trecho que vai de Paranaíba até Nova Londrina, foi constatado que a contagem de tráfego estava 70% inferior àquela que foi constatada, ou seja, na nova leitura que foi feita. Além disso, temos que ter e propusemos que haja um convênio entre o Estado do Paraná e a União, com a participação do Poder Legislativo, da sociedade civil organizada, do setor produtivo...

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): ... para que possamos fazer uma modelagem que garanta menor preço para o usuário de rodovia e a garantia da realização das obras, que é a questão fundamental. A modelagem que está posta hoje é extremamente complexa e é muito perigoso, porque o pedágio pode voltar mais caro. O Deputado Do Carmo aqui falou uma verdade. Essa pauta na verdade que envolve a questão de pedágio é de responsabilidade do Poder Executivo, tanto Estadual quanto Federal, e, segundo ele, não deveríamos trazer este debate. Mas, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e Deputadas, vamos ser cobrados pelo povo se o pedágio voltar caro como ele era aqui no Paraná e, infelizmente, o que está modelado é para voltar caro. Deputado Gugu, concedo-lhe um aparte aqui pelo tempo que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Romanelli, mais um minuto para concluir, com o aparte do Deputado Gugu.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Mas eu concedo ao Deputado.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Obrigado, Deputado Romanelli. Primeiro dizer que é um privilégio vê-lo novamente ocupando essa tribuna. E dizer, acredito que falo em nome dos nossos colegas do PSD, da alegria de ter V.Ex.^a na liderança da

nossa Bancada. A sua experiência, com toda certeza, é uma luz que irá iluminar os nossos passos, principalmente dos Deputados que estão começando a sua caminhada nesta Casa. Parabéns. Que Deus te abençoe nessa liderança da nossa Bancada. Obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito obrigado, Deputado. Senhoras e Senhores, o meu tempo está esgotado. Agradeço a atenção. O tema, Deputado Marcel, o Presidente Traiano, a Mesa, a Comissão Executiva têm que decidir sobre a questão da Frente Parlamentar. As questões internas se debatem dentro da Frente Parlamentar, mas temos que constituir a Frente, porque ela é fundamental para defender o interesse do povo paranaense nesta discussão sobre o pedágio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Concordo plenamente com V.Ex.^a, Deputado Romanelli. Precisamos, o mais rápido possível, colocar a Frente em execução, defendendo a nossa Casa, que é a Casa do Povo Paranaense. Quero aqui, no horário da Liderança do União Brasil, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício, Dr. Micheletto. Cumprimentando-o, estendo os cumprimentos aos demais Deputados Estaduais, nobilíssimos representantes da população paranaense. Aproveito este momento, este ensejo, Sr. Deputado, Sr. Presidente em exercício, para agradecer à sociedade paranaense pelos 58 mil 766 votos que obtive no último pleito, principalmente em Curitiba e Região Metropolitana, resultado da necessidade e do pedido da população por segurança pública, Sr. Presidente em exercício. E por isso ocupo hoje esta tribuna neste momento, para falar de segurança pública, para falar de um Projeto que enviei a esta Casa Legislativa que diz respeito à multa administrativa para os brigões, para aqueles que, sob o pretexto de defenderem o seu time de futebol, estão destruindo a nossa sociedade. Excelências, temos conhecimento da realidade fática que assola Curitiba. Infelizmente, hoje, esse

esporte tão magnífico como é o futebol tem a sua imagem maculada. Por que, Deputada Flávia Francischini? Porque os jogos hoje têm torcida única, quando na realidade sabemos a necessidade da volta da dicotomia de duas torcidas, como existia no passado. E isso ocorre hoje em virtude da briga generalizada que tem tomado conta da cidade de Curitiba quando da ocorrência de jogos de futebol, e essa briga generalizada ocorre com torcedores do Atlético, com torcedores do Coritiba, com torcedores do Paraná e comumente, Sr. Presidente, o CNPJ das torcidas organizadas é punido de forma irregular e errônea. Sim, vou dizer a vocês, sou torcedor do Atlético, sou membro da *Fanáticos* e normalmente a *Fanáticos* é punida, ou a *Império*, do Coritiba, ou a *Fúria*, do Paraná, quando na realidade não querem, não fomentam, não auxiliam e não apoiam qualquer prática criminosa. De agora em diante, Sr. Líder do Governo, Sr. Hussein Bakri, vou utilizar o termo “*bandidos*” para esses criminosos travestidos de torcedores e que não fazem parte de torcidas organizadas, que sequer muitas vezes entram no estádio. Eles saem dos seus bairros e brigam em terminais, brigam em frente ao estádio, maculando o esporte, prejudicando, Deputada Flávia Francischini, o próprio time de futebol, porque já passou o tempo, Sr. Presidente, de que o futebol era feito apenas de pessoas de boa vontade, quando se distribuíam camisetas e se pedia raça. Isso não existe mais. Futebol custa caro, futebol, Deputado Arruda, custa uma fortuna. Verifiquei na Internet há pouco, a folha de pagamento do Atlético Paranaense chega a R\$ 7 milhões. O time do Atlético, hoje, vale mais de R\$ 380 milhões. E todos queremos que o nosso time dispute a Copa do Brasil, dispute o Campeonato Brasileiro, dispute a Libertadores e, quiçá, dispute o Mundial com chances de ganhar, mas para isso precisamos de patrocinadores, financiadores e precisamos de uma torcida que vá ao estádio e que gaste o dinheiro no estádio. E esses torcedores brigões o que fazem? Atrapalham os seus times. Então, temos que punir esses criminosos travestidos de torcedores que estão acabando com Curitiba, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa em exercício, Sr. Líder do Governo. Precisamos agir e eu sei que o senhor também torce pelo time do Atlético. Então, temos que agir. Como podemos agir? Infelizmente, aqui não temos competência para legislar sobre direito penal.

Compete à União a legislação sobre direito penal, art. 22, I da Constituição Federal, mas podemos punir administrativamente. Então, enviei um Projeto de Lei que pune com multa administrativa de até 250 UPFs, que é Unidade Padrão Fiscal do Paraná, que chega ao montante de R\$ 32.282,50, os torcedores brigões. Para fazer o quê? Para mexer no bolso deles. Em regra, essas brigas, Deputado Arruda, acontecem onde? Ao redor dos estádios, ao redor dos terminais. Então, não é difícil a identificação. Agora, tenho ciência de que isso não vai resolver o nosso problema, Deputado Guerrinha. Não vai, mas é um início, é a gênese, é uma semente, porque eu, que trabalho com segurança pública, que tenho mestrado, especialização, que fui Delegado da Homicídios, que sou professor da Escola da Polícia Civil, não vou faltar com a verdade que isso vai resolver o problema, Sr. Presidente, mas auxilia. É mais um instrumento que o Estado tem para coibir essas condutas criminosas. Até quero propor em momento seguinte, Sr. Líder do Governo, uma Audiência Pública para que possamos debater este assunto de como vamos enfrentar essa criminalidade organizada travestida de torcedores, porque a *Império* não apoia esses criminosos, Deputado Guerrinha. Não apoia. A *Fanáticos* não apoia, tampouco a *Fúria*, do Paraná. Então, Sr. Presidente em exercício, acredito que possa a Assembleia Legislativa, através de um Projeto de Lei e através de uma Audiência Pública, começar a plantar a semente que poderá redundar na volta da paz nos estádios, para que nossos times possam crescer, porque o prejuízo é inimaginável para toda a sociedade, o prejuízo para os times, o prejuízo para as pessoas de bem que querem ir aos estádios. Lembro muito bem quando fiz Direito aqui na Federal, nos anos 80, que ia aos estádios com duas torcidas e como isso era bom, como isso era salutar, torcedores do Atlético, torcedores do Coxa. Obviamente, com aquelas ofensas tradicionais que existem em campo, mas isso faz parte do futebol! Agora, não existia a violência que existe hoje, Sr. Presidente em exercício. Então, temos que punir? Temos. E o caminho que vejo é a multa administrativa. Informo que a minha esposa, a linda e bela Delegada Tathiana Guzella, que vai trabalhar com o Deputado Federal Felipe Francischini como assessora parlamentar, está trabalhando em pautas federais nesse sentido. Estamos estudando modificações

no Código Penal, aí sim de competência federal, porque, como disse, cabe à União legislar sobre Direito Penal, para criarmos um tipo penal próprio que qualifique a lesão corporal, porque a lesão corporal em si gera apenas um termo circunstanciado sem maiores consequências. Então, uma lesão corporal qualificada quando aquela ação advier de eventos esportivos, porque a mácula ao bem jurídico, Sr. Presidente, é muito maior do que apenas a lesão física, a mácula é a toda a sociedade, que precisa do esporte, porque o esporte é vida e temos que apoiar. Então, na minha pauta de segurança pública, peço o apoio dos colegas até para modificarem a lei, para aprimorarem a lei no sentido de que possamos ter mais um instrumento. Que vai resolver, Sr. Presidente em exercício? Não. Que vai resolver, Sr. Líder do Governo? Não vai resolver. Mas é mais uma oportunidade que nós do Legislativo pátrio aqui do Estado do Paraná temos para coibir essa violência, porque é nossa responsabilidade. Fica aqui o pedido de apoio a todos os colegas para que juntos possamos levar a paz aos estádios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): No horário da Liderança do PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento toda a população que está acompanhando a nossa Sessão, inclusive quem está aqui presente e quem está também acompanhando pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa. Quero, então, cumprimentar todos e todas. Deputado Arilson Chiorato, quero convidá-lo para fazer um aparte logo no início da nossa fala sobre o tema que... Na sequência, Deputado? Se quiser falar agora, fique à vontade.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Agradeço o aparte, Deputado Lemos. Quero voltar a prestar esclarecimentos sobre a questão da Frente Parlamentar do Pedágio. Gostaria muito que o Deputado Marcel Micheletto ouvisse isto. No dia 23 de janeiro de 2023, dez Deputados reeleitos e cinco não reeleitos protocolizaram

um documento de representação pedindo a continuidade da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, já que os trabalhos se encerravam em 31 de janeiro do corrente ano. Existe autorização legal, prevista na Resolução n.º 17/2016, constante no art. 7.º, §2.º. Vou lê-lo. *“Art. 7.º O prazo de funcionamento de Frente Parlamentar não pode exceder o período da Legislatura na qual foi criada. Parágrafo único. Finalizado o prazo estipulado no caput deste artigo e havendo interesse em dar continuidade às suas atividades, deverá ser protocolado novo termo de adesão, na forma do art. 2.º desta Resolução.”* O requerimento firmado em janeiro, Deputado Hussein, para a continuidade dos trabalhos tinha a assinatura de quatro partidos, o PT, o PSD, o PSDB e o PDT. Dez desses Deputados eram reeleitos, ou seja, está atingida a quota mínima necessária para se continuar; e mais cinco que não se reelegeram. Paralelo a isso, no dia 31 de janeiro, abri um documento pedindo aderência à nova Frente Parlamentar, no dia 1.º de fevereiro, durante a posse dos presentes Deputados. O documento foi escrito no sistema da Alep às 17h35 do dia 31 e às 12h20 do dia 1.º já tinha os dez Deputados assinados. O Deputado Jacovós, nosso nobre Deputado aqui, também protocolizou um pedido, só que já com um horário na sequência, abriu às 13h43, nesse sentido o nosso tem pertinência. Então, quero primeiro garantir, se não fosse para ter como prorrogar a continuidade, não deveria existir o art. 7.º da Resolução de 2016, no seu §2.º. Mas, como não obtive o resultado e a manifestação da Casa, fiz um novo pedido. E o Deputado Jacovós, também no seu direito, fez um pedido. Agora quero também uma resposta da Casa, porque não quero passar por situações como a que ocorreu agora pouco, que o Deputado Jacovós fez a sua fala. Quero agradecer, Professor Lemos, e dizer que eu, como todos os Deputados que estão aqui, queremos um pedágio barato, que caiba no bolso do povo, com obras e com segurança. Esse é o nosso objetivo! De jeito algum o modelo Lerner pode renascer no Paraná, e nós nesta Casa não podemos deixar. Obrigado, Deputado Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a e dizer que sou testemunha do trabalho sério que V.Ex.^a fez como Coordenador da Frente Parlamentar que acompanhou o fim dos contratos com os pedágios e que debate

os novos pedágios no Paraná. Quero destacar também na Comissão a presença importante e atuante do Deputado Luiz Claudio Romanelli, do Deputado Turini e do Deputado Evandro Araújo. Dizer que esse trabalho não foi um trabalho feito por um, dois, três ou quatro Deputados, toda a Assembleia Legislativa participou de muitas Audiências Públicas, é um tema importantíssimo, não queremos pedágio caro como tivemos, um pedágio que durou 24 anos. E agora a proposta é para 35 anos. Temos que ter todo o cuidado. O pedágio não pode ser um pedágio caro, tem que ser pela menor tarifa, um pedágio que não tire a competitividade da economia do Paraná, porque do contrário perdemos investimentos para São Paulo, para Santa Catarina. Santa Catarina, por exemplo, além de ter um pedágio mais barato do que o nosso, muito mais barato, o IPVA também é mais barato. Quando aqui no Paraná nesta Assembleia se aprovou para aumentar de 2,5% para 3,5% o valor do IPVA dos veículos, que nós da Oposição votamos contra, Santa Catarina reduziu de 2,5% para 2%. Então, o IPVA de Santa Catarina é mais barato, o pedágio lá é mais barato e aí nós perdemos competitividade, o que produzimos aqui fica mais caro porque o *custo Paraná* é maior. E também perdemos geração de emprego, muitos paranaenses migram para Santa Catarina para encontrar um trabalho. Isso está errado! Por isso, temos que ter unidade, Oposição e Situação, todos unidos para evitarmos que mais uma vez o Paraná tenha um pedágio que foi considerado um roubo legalizado durante 24 anos. Então, que possamos instalar novamente a Frente Parlamentar e com responsabilidade defender o nosso Estado, defender o nosso povo. Quero aqui, neste tempo que nos resta, falar da visita importante do Ministro Paulo Teixeira ao município de Centenário do Sul, no último sábado. Paulo Teixeira é Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, mas veio também o Ministro da Agricultura, que é o Carlos Fávaro, que nasceu no Paraná, é de Bela Vista do Paraíso e inclusive o pai dele, o Sr. João, estava lá presente – o pai continua, a família continua morando em Bela Vista do Paraíso, ali próximo a Centenário do Sul. E vieram a convite do MST, que produz soja convencional, sem transgenia, com uma produtividade maior do que a soja modificada geneticamente, que é a soja transgênica. Vieram, então, para a abertura da colheita da soja e pudemos

participar – estava comigo também lá a Deputada Ana Júlia, Deputada Estadual, estava também conosco a Deputada Federal Gleisi Hoffman e o Deputado Federal Enio Verri, dentre outras lideranças que compareceram lá. Quero aqui cumprimentar o trabalho bonito feito pelo MST, que tem o apoio da Embrapa Brasileira, Embrapa Soja, que tem apoio do IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Estava lá também presente o Governo do Estado, representado pelo Secretário Ortega, que é o Chefe da Casa Civil. Então, foi um momento importante, histórico para o Paraná e para o Brasil, mostrando que é possível, sim, produzir soja convencional, sem modificação genética, com produtividade maior do que os transgênicos, com um custo menor para produzir e com um valor maior por saca, que chega a R\$ 50,00 a mais por saca. E 90% hoje do consumo da soja convencional, 90% da soja convencional, hoje, o comércio está na Europa, mas agora a China também está comprando, outros países estão comprando, além do consumo aqui interno. Então, é muito importante saber que temos pesquisa, temos estudo e, o mais importante, precisamos ampliar a produção de sementes convencionais para chegar a todo produtor e a toda produtora que quer produzir essa soja, porque ela é melhor, inclusive economicamente, para essas famílias. Deputado Doutor Antenor, por gentileza.

Deputado Doutor Antenor (PT): Agradeço pelo aparte, rapidamente. Há anos na região de Guarapuava falo para os companheiros da agricultura familiar, em geral do MST, que eles têm que propagandear o que eles fazem. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Professor Lemos, por favor, para concluir.

Deputado Doutor Antenor (PT): Sim, escondemos essa verdade. Ninguém mais quer comer veneno. A classe média, a classe média alta, os trabalhadores, não queremos mais veneno. Por que não divulgamos nas portas das igrejas católicas e evangélicas todo o trabalho que é feito pela nossa agricultura familiar? Para quê veneno? Não precisamos disso.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer o vosso aparte, Deputado. Dizer que foi no assentamento Maria Lara o início da colheita, mas também fomos recebidos para o almoço maravilhoso da agricultura familiar no acampamento Fidel Castro. Que possamos avançar, valorizando a agricultura familiar, valorizando os movimentos como o MST, que fazem um trabalho diferenciado na defesa de alimentos saudáveis no nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Registramos a presença nesta Casa dos Vereadores de Pinhal de São Bento, Sr.^s Edson da Silva e Eloir Vanzetto; do Ex-Prefeito, Sr. Jaime Carniel; do Ex-Vice-Prefeito, Sr. Rudinei Briedes; e dos empresários, Sr.^s Júlio Verlei e Paulo Roberto Zamarchi, por solicitação do nosso Presidente, Deputado Ademar Traiano. Obrigado pelas presenças. Gostaríamos de registrar aqui também, sempre presente, o nosso Secretário da Indústria, Comércio e Serviços, Deputado Federal Ricardo Barros. Com a palavra no horário do Podemos, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Ex.^a, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Subo a esta tribuna para tratar do assunto do dia e que é um tema que incomoda demais o povo do Paraná, que é o tema do pedágio. E começo a análise sob o seguinte ponto de vista: Não há qualquer leitura do Regimento, da Resolução ou da lei que justifique o fato de que Parlamentares hoje falem em nome da Assembleia Legislativa, sabendo que estamos em uma nova Legislatura. Sou um novo Deputado e não é uma questão de forma apenas, como disse o Deputado Romanelli, é uma questão de conteúdo, porque discordo daquilo que foi levado ao Ministro dos Transportes. Então, não é a Comissão ou a Frente Parlamentar do Pedágio da Assembleia que pensa o que foi dito. Não é! É a posição individual dos signatários e não desta Casa. Só será o posicionamento da Frente quando a Frente puder contar com os novos Parlamentares que aqui estão. Informo desde já que tenho pleno e total interesse em integrar a Frente Parlamentar do Pedágio. Então, não reconheço como legítima a documentação apresentada ao Governo Federal como um posicionamento desta Casa de Leis. Não é legítima porque não ouve os novos

Parlamentares. Digo mais, se o tema do pedágio for tratado desta maneira como está sendo tratado neste início de Legislatura, mais uma vez levará a um descrédito completo por parte da população e quem pagará o custo disso é esta Assembleia Legislativa. Se esta Assembleia não conseguir internamente resolver o tema da Frente Parlamentar, não haverá condição de a população do lado de fora crer no nosso posicionamento. É inaceitável! Segundo ponto: Sobre o mérito do pedágio. Precisamos de maturidade no debate, ou cairemos em novas bravatas, como do *abaixa ou acaba*. Estamos cansados e falo não como Deputado, como cidadão do Paraná. O debate do pedágio é feito hoje por esta Casa de forma infantil: Ou vale o meu posicionamento, ou o seu. O Deputado Micheletto fez um apelo há pouco, que deixássemos a ideologia de lado ao tratar deste tema. É impossível, Deputado Micheletto, porque estamos diante de um debate ideológico sobre duas formas de enxergar a concessão de rodovias. A concessão de rodovias deverá ser feita, no meu modo de ver, pela obra. Qual é a estrada ou qual é o modelo de rodovias que buscamos? Para isso tem um custo e quem oferecer o preço menor deve obter a concessão. Fazer pedágio partindo do preço é apenas trabalhar lambida de asfalto, fazer roçada, cortar mato e pintar estrada. Pedágio a sério envolve quais as obras que queremos, qual é o modelo rodoviário que buscaremos para os próximos 30 anos e, com base nisso, construirmos o projeto de pedágio do povo do Paraná que esta Assembleia deve se debruçar.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Já concedo um aparte. Não conseguimos sequer, Delegado Jacovós, determinar qual é a Frente Parlamentar que vale. Isso não é normal. Cumprimento V.Ex.^a, Deputado Delegado Jacovós, por ter trazido primeiramente este tema, porque ele é necessário ao debate do povo do Paraná. Concedo-lhe um aparte.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Parabenizar, Deputado Denian, primeiramente pelo seu conhecimento jurídico. Ficamos satisfeitos de ter um

Deputado com o conhecimento de V.Ex.^a aqui. E dizer que neste momento, com todo o respeito a todos os órgãos de comunicação, *Rede Globo, SBT, Record, CBN e Band News*, eles abrem as reportagens dizendo que tem o Coordenador da Frente Parlamentar. Então, está falando em nome da Assembleia Legislativa. Então, é isso que quero questionar. Se alguém está falando em nome da Assembleia Legislativa, tem que primeiro sentar com todos os Deputados que fazem parte dessa Frente e decidirmos: *Isso é melhor para o Paraná*. Aí dá para falar, sim, em nome de uma Frente Parlamentar. Enquanto isso não ficar definido na Frente, acho que ninguém tem essa autoridade de ir para um órgão de imprensa e dizer que está falando em nome de uma Frente. É nesse contexto de V.Ex.^a que gostaríamos de apoiar.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): E digo mais, Deputado Delegado Jacovós, a própria assessoria de comunicação desta Assembleia Legislativa fez matéria falando da Frente Parlamentar do Pedágio. A própria assessoria de imprensa desta Casa faz uma matéria, publica em seu *site* que a Frente Parlamentar do Pedágio... Que Frente, se ela não foi criada? A imprecisão técnica leva a equívocos desta ordem. Faço absoluta questão de que fique registrado e muito claro que discordo do documento apresentado ao Governo Federal, não referendo aquilo que foi dito e apresentado ao Ministério dos Transportes e só reconhecerei Frente Parlamentar do Pedágio quando uma nova Frente for criada e nela eu esteja dentro, que eu possa integrá-la. Caso contrário, aqui estaremos por reproduzir a vontade da Legislatura passada, Deputado Renato Freitas. Nós somos novos Parlamentares aqui e temos que ser ouvidos e integrarmos as Frentes e Comissões daqui em diante. É muito claro e precisa ficar muito claro que a própria assessoria de comunicação da Assembleia Legislativa cometeu uma imprecisão, Deputado Líder Hussein Bakri. Nós podemos cobrar, evidentemente que sim, dos veículos comerciais, *Globo, RIC, Rede Massa, Bandeirantes, Jovem Pan*, as demais emissoras, todos nós podemos cobrar. Agora, com que moral? Se a própria assessoria de comunicação do Parlamento do Paraná comete uma imprecisão técnica no seu título, o que dirá no texto. Não há Frente Parlamentar do Pedágio e aqueles que foram ao Governo Federal falar como se houvesse não

representam o Parlamento do Paraná. Ou criamos a Frente, e criamos a Frente com agilidade, chamados os Deputados a integrá-la, aqueles que entenderem, ou toda e qualquer iniciativa e movimento nesse sentido servirá apenas para fazer a vontade deste grupo ou daquele partido político. Perdoem-me a dureza das palavras, mas a Assembleia Legislativa erra de cima abaixo, de cabo a rabo, a começar pela sua própria comunicação. E reitero: Não há Frente do Pedágio hoje no Parlamento. Ou criamos, ou criamos. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Denian, o Deputado Marcel Micheletto já havia se manifestado aqui na Presidência dizendo que este assunto é um dos assuntos... Primeiro que o pedágio vai ser um dos assuntos mais importantes que vamos tratar aqui neste início de Legislatura, mas o Deputado Marcel Micheletto já manifestou que a Mesa vai se pronunciar rapidamente a respeito deste assunto. E só para dizer que várias Frentes Parlamentares sobre diversos assuntos estão sendo encaminhadas. No momento atual, nenhuma Frente foi criada ainda aqui pela Mesa, mas vamos reforçar o pedido aqui junto com o Deputado Ademar Traiano de que este assunto seja assunto para ser resolvido o mais rapidamente possível. Passamos ao horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): *Pela ordem*, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Estávamos conversando aqui nos bastidores. Acho que temos uma solução para a Frente do Pedágio: Temos uma Frente contra o pedágio, que fica na mão do Deputado Arilson, do Deputado Tercilio, do Deputado Evandro e do Deputado Romanelli, e fazemos uma segunda Frente, pró-pedágio, daí põe os demais e separamos a discussão. Acho que fica mais fácil e resolve esse problema sem nenhuma briga dentro da Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): A Mesa vai resolver essa questão, Deputado Requião. Com a palavra o Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Frente em defesa do povo do Paraná. Esta é a nossa Frente, Requião. Senhor Presidente, quero fazer aqui um..., Deputado Marcel, V.Ex.^a foi citado, mas quero fazer um desagravo aqui ao Deputado Marcel, que quando esteve na Mesa deu a opinião, mas deixou claro que vai ser resolvido de forma técnica e jurídica pela Presidência. Ficou claro, não sei por que houve algumas respostas no sentido da colocação que ele fez. Ele foi claro, de forma técnica e jurídica. Portanto, V.Ex.^a foi extremamente correto e quero deixar aqui minha saudação. Pessoal, tenho que respeitar a opinião dos outros, senão eu seria quase que um ditador, mas, na minha opinião, encerrou o período legislativo, acabou qualquer Frente, CPI. Acabou, gente! Tanto é verdade - prestem atenção no que vou dizer agora - que a Bancada comandada pelo Deputado Arilson, que, aliás, Deputado, fez um belíssimo trabalho, reconheço, estive em várias reuniões com V.Ex.^a, que organizou, fez um belo trabalho, tanto é verdade, estou falando a verdade, que V.Ex.^a protocolou outra. Então, vejam a lógica da coisa: Se valesse a prorrogação, para que protocolar outra? Está explicado. Então, na minha opinião, há o entendimento de que encerrou o período legislativo, acabou o período legislativo; quem apresentar a primeira, vai tomar a frente deste processo da Frente Parlamentar. E assim o fizemos. Mas, assim, gente, o Deputado Denian realmente tocou em um assunto importante. Chega a beirar até a infantilidade se sou eu quem vou fazer, é você quem vai fazer, é ele ou é outro! Gente, somos nós que vamos fazer, somos nós. Será que não está na hora de pararmos aqui e pensarmos um pouquinho, sentar, um fica de Presidente, outro fica de Relator, sei lá, achar uma forma de construirmos algo em defesa do povo do Paraná? Isso é para pensar, é para pensar. Eu topo o diálogo. Como Líder do Governo, vou tentar construir esse diálogo. Agora, é preciso dizer a verdade. Por uma coincidência danada, por seis minutos protocolamos antes a CPI. Está ali, se você perguntar... Desculpa, Deputado Arilson, depois V.Ex.^a vai conferir lá; tenho os registros aqui da Casa, por alguns minutos, por uma coincidência danada. Enfim, depois vamos ver, mas dá para construir, Arilson, depois podemos construir. O que quero dizer

para vocês, o mais importante que tudo isso? Saímos de um processo de um pedágio contrário aos interesses do povo do Paraná, um verdadeiro assalto à mão armada contra o povo do Paraná. Ou estou mentindo? Tarifas exorbitantes, sem obras nas estradas do Paraná. Se você olhar o trecho de Foz do Iguaçu até Curitiba, você vai ver o que é falta de respeito, entre tantos outros trechos. Jataizinho, R\$ 25.00. Gente, isso não existe, pedágio nesse preço! Agora, o que quero dizer para vocês, Deputado Gugu, qual é o objetivo do Governo Ratinho Júnior? Desde o começo o Governador Ratinho Júnior deixou muito claro, nós queremos o quê? Primeiro transparência, na Bolsa de Valores. Chega de conluio desses grandes empresários - eles se acertam e querem participar. Não aceitamos isso. O Governo Ratinho Júnior quer na Bolsa o processo. Segundo lugar, obras já no início do contrato. Chega, gente! Temos que ter garantias de que teremos obras. Agora, se tiver pedágio... Os caras falam de Santa Catarina. Caiu um morro esses dias aí, ficou uma semana sem mexer no morro. Um pedágio de R\$ 2,00, mas não tem obra. Alguém quer pedágio sem obra aqui? Ninguém quer pedágio sem obra. Se for para fazer pedágio sem obra, vamos tocar nós. Então, a grande verdade é que precisamos ter uma garantia. E vou dizer mais para vocês, rumores que vêm de Brasília dão conta - não sei se isso é totalmente certo ou não, vocês vão poder, os meus colegas que representam o PT, que respeitamos muito -, dão conta de que existe por parte do Ministério dos Transportes um aceno, não vou dizer ainda positivo, mas está estudando a proposta que foi enviada para lá. Mas é muito simples, é muito simples. No final dessa história toda, se o Governo Federal por acaso vier a não acatar a proposta do Paraná, pronto, voltam as nossas rodovias a serem administradas pelo Paraná e vamos fazer o nosso modelo aqui. Acho que essa é a solução, é a solução. Portanto, acho que tem saída, acho que é importante não politizar demais este assunto, concordo, por mais que sejam ideologias de diferentes opiniões, concordo, mas estou aqui como Líder do Governo para tentar construir. Todos sabem que sou um cara de diálogo, sou uma pessoa que quer ajudar a construir, mesmo neste imbróglio que está acontecendo em relação à Frente, quero tentar ajudar. O Deputado Marcel, que é Vice-Presidente, já mostrou interesse em tentar

ajudar, TercilioTurini. Todos queremos ajudar. Agora, vamos deixar de lado as questões menores. Acho que o Deputado Arilson é reconhecido por todos nós que já fez, Arilson, um grande trabalho. Vossa Excelência fez um grande trabalho, e agora é construir. Quem sabe conseguimos construir neste pedágio. O Deputado pediu aqui um aparte. Desculpa, o Deputado Arruda pediu antes.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Hussein, o projeto de pedágio que foi apresentado pelo Governo passado, pelo Governo Bolsonaro, através do Ministro Tarcísio, é um projeto excelente, seguro. Não falava em preço mínimo, falava em preço justo. Porém, é o que o senhor falou aqui, seria feito na Bolsa de Valores, a empresa ganhadora teria que fazer um aporte inicial, teria que ter um seguro de todas as obras prometidas. Cara, um projeto perfeito. Não é um projeto populista. Porque dizer em preço mínimo, isso é uma piada. Preço mínimo não garante nada para ninguém. Na Bahia foi feito e em outro estado foi feito, vejam o estrago que estão as estradas lá. Então, o projeto de preço mínimo é um projeto falido, populista. O projeto melhor é o do preço justo, feito na Bolsa de Valores, com seriedade, como foi feito o projeto do Governo passado. Espero que este novo Governo adote o mesmo projeto, que é o melhor para o Paraná e para o Brasil inteiro. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Deputado, depois tem mais um Deputado que vai pedir, o Deputado Cobra. Por gentileza.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, quero cumprimentá-lo pela fala e dizer o seguinte: Quem está ouvindo o dia de hoje pode ter a impressão, inclusive os novos Deputados e Deputadas que estão aqui, que não estamos em um período digo até anterior tratando do tema como deveríamos. Quero dizer que debato o tema pedágio desde o primeiro mandato. Participei da primeira Frente que teve aqui e participei da Frente do mandato anterior, e o trabalho foi extremamente importante, extremamente relevante. E quero fazer um desagravo aqui ao Departamento de Comunicação da Assembleia, porque se alguém tem a responsabilidade é a Mesa e não o Departamento de Comunicação, e digo por

quê. E nem os órgãos de imprensa. Porque ninguém imagina que estamos com o assunto mais importante do Paraná sem ainda termos a Frente, que debateu tanto nos últimos anos, sem ser constituída. Então, acho que a Mesa é que tem que chamar para si esta responsabilidade. E quanto à imprensa que acompanha o tema, poderia dar o nome que quiser, mas ela chama de Frente Parlamentar justamente porque nos últimos quatro anos foi isso que aconteceu aqui: Frente Parlamentar do Pedágio. Se a Frente está oficialmente constituída ou não é outra questão. Deve estar e os Deputados que estão reclamando isso estão corretos. Agora, dizer que, - eu gostaria de ver inclusive, e não acho aqui - aqui ninguém está tratando o pedágio com infantilidade. Acho que o episódio que está acontecendo aqui serve para poder ajustar. Acho inclusive que os Deputados Federais deveriam se debruçar, assim como os Senadores, e ajudarem a sairmos deste grande imbróglio que se tornou a questão do pedágio no Paraná. Então, assim, da minha parte, o meu nome Evandro Araújo, vou continuar assinando nos documentos que entendo serem razoáveis, porque estamos diante do problema que vai infligir o povo do Paraná por mais 25 ou 30 anos. E vale o risco de colocarmos o nosso nome em um documento, em algo que acreditamos; e o meu, sempre que eu acreditar, estará presente ali. Então, só quero deixar isso registrado e pedir que mais uma vez a Mesa aqui, é mais um coro, que resolva. Portanto, para mim, se a Frente vai ser coordenada pelo Arilson, por V. Ex.^a, Hussein, ou por quem quer que seja, pelo Jacovós, estarei junto debatendo o tema do pedágio.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Deputado Cobra, para finalizar.

Deputado Cobra Repórter (PSD): Líder Hussein Bakri, esta Casa já discutiu este tema, inclusive com um amplo debate com a Oposição, a Frente Parlamentar andou o Estado do Paraná fazendo Audiências Públicas. Este tema foi massacrado na legislação passada, e o modelo que foi escolhido passou por aqui. Então, todos nós aqui aprovamos, inclusive a Oposição... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Hussein, para concluir.

Deputado Cobra Repórter (PSD): ... a Oposição fez parte do debate. Acho que o modelo apresentado aqui nesta Casa pelo Governador é o melhor modelo para o Estado do Paraná. Então, querer mudar, querer fazer diferente é um retrocesso. O Estado tem que continuar, avançar e precisamos de obras. Acho que aquele modelo que o Governador apresentou é o melhor modelo, não para nós Parlamentares, não para o Governo, mas para a população.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É o que nós buscamos, não é? Buscamos um modelo melhor para o povo do Paraná. Evidentemente que em relação à questão da Frente Parlamentar, estou inteiramente aberto ao diálogo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Registramos a presença nesta Casa dos Vereadores de Prudentópolis, Sr. Eder da Saúde e Sr. Carlinhos Wolski, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. Registramos também a presença dos Vereadores de Paraíso do Norte, Sr.^s Lourival Leite Garcia, o Sucuri, Heitor Pacheco, Jaime Rossi e Olavo Macedo, o Federal, por solicitação do Deputado Gugu Bueno. Obrigado pelas presenças. *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, apenas para fazer um comunicado à Casa, que amanhã teremos aqui Audiência Pública do Quadrimestre, onde o Secretário Estadual da Fazenda Renê Garcia fará a apresentação do balanço do Estado de 2022, inclusive o prognóstico para 2023. Todos os Parlamentares já receberam, pelo envio da secretaria executiva da Comissão de Orçamento, a apresentação que será feita pelo Secretário, que estará aqui, naturalmente, para debater e discutir o tema com a profundidade que merece e precisa ser tratado por esta Casa de Leis. Então, amanhã, às 14h30, a presença do Secretário Renê Garcia aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. É isso. Obrigado.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Aproveitando a fala do Deputado Romanelli, Sr. Presidente, também quero comunicar a todos os Deputados que compõem a Comissão de Obras que amanhã, às 11 horas, faremos a sabatina do Sr. Marcelo Curado, que foi indicado para ocupar o cargo de Diretor da Agepar. Amanhã, às 11 horas, na sala da CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Senhoras e Senhores, servidores desta Casa. Hoje gostaria de iniciar a minha fala fazendo uma observação sobre uma reportagem que apareceu ontem no programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, em que um rapaz, um homem que se apresentava como Jorge, provindo da *Cambridge Analytica*, entre outras empresas, inclusive das *Big Techs*, aproveita-se de seu capital tecnológico para interferir nas democracias, sobretudo do terceiro mundo. Essa reportagem foi exibida pela *Agência Forbidden*, que quer dizer *reportagem proibida*. Isso porque uma repórter indiana, há um tempo, foi assassinada enquanto fazia a reportagem. E o que nos diz essa reportagem, Deputado Antenor? Que nós que não regulamentamos as mídias, todas elas, as mídias televisivas, as mídias sociais da Internet, que tanto potencial de comunicação têm, vemos pelo Deputado Ricardo Arruda, que constrói um mundo próprio, fala para esse mundo em torno de *likes*, em troca de *likes*, compartilhamentos, comentários. Não tem nenhum compromisso com a verdade. As poucas vezes que tive o desprazer de ouvi-lo, percebi. Hoje, inclusive, ele falou do Lula, que o Lula não soube sanar, ajudar, governar, gerenciar uma crise climática que na verdade teve como consequência o desmoroamento de uma população vulnerável que não foi atendida por governos anteriores. Mas, onde quero chegar? O próprio Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio, elogiou, Doutor Antenor, o Presidente Lula, falou que ele atuou como um verdadeiro líder. Nas palavras dele, um *líder nato*. Talvez isso não vá para a bolha do *Facebook*, mas essa é a verdade. É verdade também e infelizmente que, por não regulamentarmos as mídias, temos uma geração sendo criada pelas *fake news*,

mal direcionada, rumando ao precipício, pessoas que acreditam que o nazismo é de esquerda. Ora, como? Que aberração cognitiva é essa? Que distorção da história é essa? Quando soubemos pelas palavras de Mussolini e de Hitler e o ponto de convergência maior entre os dois, que era o anticomunismo, mas isso não está escrito nas entrelinhas, nos rodapés, em letras de bula de remédio, não, isso está nos seus principais discursos. Qualquer um que mover o mínimo de energia para descobrir a verdade, Deputado Goura, descobrirá, em relação a isso. Mas é tão mais simples delegar a outrem, deixar para que outra pessoa pense e você só reproduza. É tão mais simples no modelo de educação que temos hoje, um modelo de educação atacado pela mentira. Ora, a quem a mentira serve? Quem foi o fabricante em ritmo industrial de mentiras, também conhecido como *gabinete do ódio*? Quem é o mentor intelectual do *gabinete do ódio* se não a família ligada à morte, à milícia, ao negacionismo da vacina, aos desastres? As árvores, missionário Arruda, são conhecidas pelos frutos. A placa que se coloca em sua frente, o *post* da internet que vem adornado com *salmos* em cima não diz o que é o fruto. Não adianta você dizer os *salmos* quando faz o *post*, mas vir até aquela tribuna e apenas caluniar, injuriar. Disse você, e não posso ficar quieto. *Ah, não, mas deixa falar sozinho, não dá palco, é da corte, está acostumado.* Não, não, prefiro falar. E digo: Flávio Dino tem 200 e poucos processos, que loucura, homem! Ô, loco, mas não tem compromisso algum com a verdade! Desafio-te a dizer e mostrar que o Ministro da Justiça Flávio Dino tem duzentos e poucos processos que pesam contra ele. Que coisa, homem! Você pensa antes de falar? Você reflete ou só reproduz? Ô loco! Quem é o pai da mentira? Quem é o pai da mentira? Está escrito na escritura sagrada, não serei eu que terei que te ensinar. Agora, o que sei é que o ensino não reflexivo, que estimula a preguiça intelectual, a *fake news* intencional, esse discurso está sendo alimentado e praticado pelo Rato, pelo abjeto Governador, Deputada Ana Júlia, esse que de imediato, como uma de suas primeiras medidas no que diz respeito à educação, foi reduzir a carga horária da filosofia e da sociologia. Filosofia! Filo, amizade; filo, amor fraternal. É a etimologia da palavra, Deputado Romanelli. Filo, amor fraternal; sofia, sabedoria. Olha que lindo, Ana Júlia, você que estuda filosofia: amor à

sabedoria. Quem são os inimigos do amor à filosofia? Quem odeia a filosofia? Quem odeia o saber? Quem odeia o saber? Aqueles que se alimentam com a ignorância. A ignorância, a mentira, sabemos, produz a discórdia. A discórdia é inimiga da verdade, assim como a mentira, e ambas produzem a morte. Mas, para um Governo que disse: *Eu sou especializado em matar. Vamos parar de ser país de maricas*. E fuge para a Disney atrás do Pluto, chorando. Todos os dias agora chorando, toda semana. É mole? Não chorou por 700 mil pessoas mortas e agora, toda semana, o homem está chorando? Está apodrecendo em vida. Por quê? Assim como o *Velho da Havan*, que rifou a própria mãe para fazer experimento laboratorial, negando a vacina, e o resultado foi tão triste para ela. Ele permanece vivo, não sei se dorme à noite. Mas, são os serviçais do mal e da mentira. Essas pessoas têm que ser combatidas. Como que se combate a ignorância, Deputada Márcia? Com conhecimento, com verdade, com educação. Como se fortalece a educação? Valorizando os professores, a carreira dos professores, não humilhando e batendo em professores na frente da Câmara, da Assembleia Legislativa do Paraná, como infelizmente alguns que estão aqui fizeram. Ordenaram às polícias que com cachorros pastores-alemães mordessem os calcanhares dos professores. Que vergonha! Um País, um Estado que não respeita, que não valoriza a educação é um Estado sem futuro. E sem futuro é o bolsonarismo, Ricardo Arruda. Você foi eleito, reeleito e os demais bolsonaristas, sementes mal plantadas, nasceram com cara de abortadas. Embora a vitória tenha sido recente, a derrota veio logo depois. O velho não morreu e não deixou que o novo nascesse, Doutor Antenor. E nesse período surgem essas coisas teratológicas, monstruosas que se encerram, que prendem a si próprios em bolhas das redes sociais. Se está dando voto, peço a morte. Espero, Presidente, que um dia aqui no Estado do Paraná lutar pela vida dê votos, assim acredito que esta Casa estará forrada, nesse dia, de humanistas. Enquanto isso, vemos mentirosos, odiosos que colocaram o Bolsonaro no lugar de Cristo, idólatras. E contra eles, o meu discurso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Deputado Renato, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... contra a mentira e os mentirosos, o meu discurso. E por uma política de vida e sobretudo da verdade, a minha solidariedade. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Solicitamos à nossa 1.^a Secretária, Deputada Mara Lima, que faça a leitura de duas Mensagens que recebemos do Poder Executivo.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cantora Mara Lima – REP): Senhor Presidente, **Mensagem n.º 9/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 63/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Guaíra do imóvel localizado na Avenida Benedita Rodrigues Camarini, no distrito de Doutor Oliveira Castro, objeto da matrícula n.º 11.224, do Cartório de Registro de Imóveis de Guaíra, com área total de 4.050 metros. A segunda Mensagem, Sr. Presidente, **Mensagem n.º 10/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 64/2023)** que altera o art. 2.º da Lei n.º 17. 544, de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da lei Federal n.º 8.742, de 7 de setembro de 1993. Era só, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha

(MDB), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) **(53 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa:** Ademar Traiano (PSD), função administrativa **(1 Parlamentar).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 36/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece que ficam as casas noturnas, discotecas e danceterias responsáveis por adotar medidas de auxílio à mulher em situação de risco; **Autuado sob o n.º 37/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que institui a Campanha Estadual de Prevenção ao uso abusivo de opioides; **Autuado sob o n.º 38/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que institui no âmbito do Estado do Paraná estratégia estadual de prevenção e combate à desnutrição infantil; **Autuado sob o n.º 39/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece uma semana semestral de orientação sobre primeiros socorros nas escolas do Paraná; **Autuado sob o n.º 40/2023**, do Deputado Thiago Buhner, que institui bimestralmente o dia da prática esportiva nas escolas públicas do Paraná; **Autuado sob o n.º 41/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que estabelece auxílio social à mulher vítima de violência doméstica e familiar e dá outras providências; **Autuado sob o n.º**

42/2023, do Deputado Delegado Jacovós, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário, que constatarem casos ou que tenham indícios de maus-tratos aos animais atendidos, em comunicar o fato de imediato à polícia civil; **Autuado sob o n.º 43/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que obriga os médicos veterinários, hospitais veterinários, pet shops e estabelecimentos comerciais similares que prestem qualquer tipo de atendimento a animais localizados no Estado do Paraná, a comunicar aos órgãos de segurança pública quando atenderem ou tiverem contato com animais em que foram constatados, ainda que apenas por indícios, maus-tratos; **Autuado sob o n.º 44/2023**, dos Deputados Hussein Bakri e Marcelo Rangel, que institui o procedimento de chamamento público para obtenção de patrocínio privado às políticas públicas culturais e de inovação e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 45/2023**, da Deputada Mabel Canto, que concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Laurival Pontarollo; **Autuado sob o n.º 46/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a proibição da retenção de macas das ambulâncias do corpo de bombeiros da Polícia Militar do Paraná, do serviço de atendimento móvel de urgência (Samu) e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 47/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a proibição da discriminação religiosa durante as comemorações do carnaval no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 48/2023**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a penalização de pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas e sociedade de economia mista, que atuem de forma desleal a fim da supervalorização de preços em período de calamidade pública ou catástrofes de grandes proporções; **Autuado sob o n.º 49/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, que concede o título de utilidade pública à Comunidade Terapêutica Ele Vive, com sede no município de Matelândia; **Autuado sob o n.º 50/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui a Semana de Conscientização e Incentivo à Doação de Tecidos Musculoesqueléticos, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 51/2023**, do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza a criação do Fundo

Humanitário Paranaense de Catástrofes – FHPC, com o intuito de auxiliar famílias atingidas por catástrofes naturais no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 52/2023**, do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública à Comunidade Terapêutica Ele Vive, com sede no município de Matelândia; **Autuado sob o n.º 53/2023**, da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre a Política Estadual do Hidrogênio Renovável; **Autuado sob o n.º 54/2023**, do Deputado Batatinha, que acrescenta o parágrafo único ao art.º 1.º da Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 55/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, que institui o Programa Bolsa Aluguel no Estado do Paraná na forma que especifica, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 56/2023**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a concessão e disponibilização de parte do orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná para implantação, fortalecimento, investimento e fomento de políticas públicas que se relacionem ao interesse público; **Autuado sob o n.º 57/2023**, do Deputado Evandro Araújo, que institui o Cordão de Girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoas com deficiência oculta no Estado do Paraná.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 3/2023**, da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2021.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 646/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que denomina *João Maria Nascimento* o viaduto localizado na BR-373 (Av. Souza Naves), Km 180, no município de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Em discussão o projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Ainda estamos aguardando o voto do Deputado Alexandre Curi, Deputada Maria Victoria, Deputado Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram *Sim*: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhner e Tiago Amaral (48 Deputados); **Abstenção**: Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram**: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Maria Victória, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (5 Deputados).]** Com 48 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 646/2022.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 13/2021, de autoria dos Deputados Cristina Silvestri, Deputado Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Tercílio Turini, que dispõe sobre a criação do Prêmio Meninas Olímpicas, conferido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, objetivando fomentar a participação de meninas em Olimpíada de Conhecimento, a fim de ampliar suas áreas de atuação no mercado de trabalho, através das Olimpíadas Científicas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Educação. Já de conhecimento das Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Vamos apreciar então o Substitutivo Geral. Em discussão o Substitutivo Geral.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Em votação. Então, os Líderes encaminharam voto “*sim*”. Então, votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Corti registra o voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilson de Souza, Luís Corti, Marcelo Rangel, Maria Victória e Tercílio Turini (7 Deputados).*]
Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 13/2021**. Quarenta e oito votos “*sim*”, com o voto do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Isso mesmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini - PSD): Está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 3 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 86/2022, de autoria dos Deputados Goura, Requião Filho, Professor Lemos, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Nelson Luersen, Mabel Canto, Cristina Silvestri e Reichembach, que dispõe sobre a visão zero no Planejamento Viário do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o projeto.

DEPUTADO GOURA (PDT): *Para discutir*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputado Tercilio. Saudando os colegas Deputados e Deputadas. Senhoras e Sr.^s, quero primeiramente agradecer aos Parlamentares já mencionados por V.Ex.^a, que subscreveram este importantíssimo Projeto, agradecer a construção que tivemos com a Liderança do Governo na busca de um consenso. E o que estamos tratando aqui, Deputados? Estamos tratando de vidas, estamos tratando de políticas públicas de trânsito para salvar vidas paranaenses. A cada ano, Deputado Hussein, o senhor que foi autor da lei que instituiu o *Maio Amarelo* no Estado do Paraná, são quase 2 mil mortes em média no trânsito, Deputada Márcia. Falamos que existe, sim, uma epidemia de mortes no trânsito, e este é um tema que diz respeito à saúde pública e que diz respeito a isso que estamos instituindo aqui através desta lei, uma série de diretrizes, de princípios para estabelecermos a segurança das pessoas como diretriz para as políticas públicas, Deputado Antenor, garantindo a segurança de pedestres, a segurança dos ciclistas, a formação continuada dos condutores profissionais do transporte coletivo. A *visão zero* é um projeto que já existe na Suécia há algumas décadas, Deputada Cloara, que busca a eliminação de mortes no trânsito. A ideia é que ninguém deve morrer no trânsito porque quer se deslocar do ponto “A” ao ponto “B”, seja um pedestre, seja um motociclista, seja um ciclista. E estamos propondo aqui então diretrizes para o Estado do Paraná, para as diversas Secretarias aplicarem nas suas ações e nas suas políticas públicas, a busca da segurança viária para todos, a busca, Deputado Renato, de morte zero no trânsito. Então, é isso que estamos colocando aqui, Sr.^s Deputados, que tenhamos morte zero no trânsito paranaense. É isso que está sendo votado hoje em 1.^a Discussão. Pedimos o voto favorável. E apenas um último adendo,

Deputado Hussein. Há cerca de um ano um jovem ciclista, o Kristofer Enzo, aqui em Curitiba, transitava de bicicleta no bairro do Cajuru e foi atingido de forma criminosa por um condutor profissional do transporte coletivo que o viu, e o inquérito vai para o Tribunal do Júri inclusive com dolo, indicando que houve, sim, a responsabilização por parte desse condutor. Estamos propondo que esta lei seja intitulada *Lei Kristofer Enzo*, em homenagem ao Enzo, mas em homenagem a tantas famílias enlutadas por um trânsito ainda violento, um trânsito ainda muito hostil em nosso Estado. Então, Sr.^{as} e Sr.^s, pedimos o voto “*sim*” à lei que propõe a morte zero no trânsito, a *Lei Kristofer Enzo* no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente Tercilio Turini, quero manifestar total apoio a este excelente Projeto que o Deputado Goura vem defender aqui hoje. Temos, sim, que estabelecer esta meta, que já é uma meta adotada por muitos países do primeiro mundo. É evidente que não será fácil alcançá-la, mas temos que *mirar no sol para acertar nas estrelas*. A diminuição do número de mortes no trânsito só ocorrerá na medida em que houver uma conscientização de toda a sociedade e na medida em que os órgãos públicos também fizerem a sua parte de maneira correta. E quero aqui ressaltar um problema muito sério: uma das principais causas de acidentes no trânsito é a embriaguez no volante. Então, temos que trabalhar desde cedo na cabeça dos adolescentes uma ideia que ainda é muito pouco difundida no Brasil, mas que já vemos na Europa e nos Estados Unidos, que é a ideia de que quando a pessoa vai consumir bebida alcoólica ela não pode dirigir em hipótese alguma. Já temos leis severas proibindo isso, mas não temos essa educação, essa cultura, essa conscientização. E digo mais: precisamos fazer com que seja aplicada uma legislação de incentivo ao uso de táxis e de aplicativos. Se a pessoa vai a uma festa de casamento, vai tomar um vinho, vai a um bar tomar cerveja com os amigos, temos que incentivá-la a deixar o carro em casa e ir de taxi. Não falo em incentivar o uso de bebidas alcoólicas, falo em diminuição de riscos. O senhor que

é médico sabe do assunto que estou tratando, a diminuição de riscos. Se as pessoas forem consumir bebidas alcoólicas, elas precisam ter na consciência que é necessário deixar o carro em casa e usar táxi, *Uber*, transporte coletivo ou ter o *motorista da vez*, que é aquele que dirige porque não bebeu, porque não tomou a sua cerveja ou seu vinho. Muito importante este Projeto e encaminhamos a favor, Presidente Tercilio Turini.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero ressaltar a todos os colegas que a Liderança do Governo está sempre disposta a construir eventualmente algum Projeto que possa ter algum traço de possível inconstitucionalidade. O nosso objetivo é fazer andar os projetos e nesse sentido vemos mais um Projeto importante hoje sendo aprovado, tenho certeza de que vai ser. Por isso, peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO GOURA (PDT): O voto da Oposição também é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Votando então, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Alexandre Curi, Do Carmo, Gilson de Souza, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Paulo Gomes e Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Thiago Buhner e Tiago Amaral (45 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Do Carmo, Gilson de*

Souza, Marcel Micheletto, Maria Victória, Paulo Gomes da Tv, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 86/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 126/2023, da Deputada Mabel Canto, com discussão adiada, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do encerramento do contrato Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU para atendimento das rodovias paranaenses.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, houve um consenso com a Deputada e ela vai ter a resposta no prazo adequado, como envio de expediente. Agradecemos à Deputada Mabel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Encaminha-se como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 137/2023, do Deputado Do Carmo, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A mesma modelagem, envio de expediente. E vamos respeitar os prazos aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 135 e 145/2023, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: à Sr.^a Rosane Ferreira dos Santos; e ao maestro Vicente Gonsales Filho e à Maestrina Romilda Gonsales; **Requerimento n.º 136/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Saúde, Sr. Cesar Neves, requerendo a criação da Fila Única para consultas, exames e cirurgias pelo SUS do Paraná; **Requerimento n.º 138/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Governador do Estado propondo a Secretaria de Estado de Proteção aos Animais, conforme especifica; **Requerimento n.º 139/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo reparos na pavimentação asfáltica no trecho entre Pitanga e Nova Tebas, na Rodovia PR-460; **Requerimento n.º 140/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo urgência para o recape asfáltico, pintura de faixas, promoção de roçagens e demais melhorias para a PR-534, rodovia estadual que liga os municípios de Miraselva a de Centenário do Sul, que se encontra em lastimáveis condições, desde a PR-170 até a PR-450; **Requerimento n.º 141/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências junto ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para a realização urgente das obras de recuperação da BR-376, em virtude da degradação asfáltica e da existência de inúmeros buracos que expõem a riscos os usuários; **Requerimento n.º 142/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Mário Gregorczyk, ocorrido no dia 8 de fevereiro nesta capital; **Requerimento n.º 143/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo providências urgentes para o reparo da malha asfáltica na

rodovia PR-537, especificamente no trecho que liga os municípios de Florestópolis e Bela Vista do Paraíso, diante da presença de um grande buraco na pista, expondo os usuários da rodovia; **Requerimento n.º 144/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e menção honrosa pelos 26 anos do assentamento 8 de abril, no município de Jardim Alegre; **Requerimento n.º 148/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, requerendo informações sobre o número de veículos automotores comercializados no Paraná e o quantitativo registrado para pagamentos de IPVA nos últimos 4 anos; **Requerimento n.º 149/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo cópias do contrato de conservação da PR-151, da PR-376 e da PR-090; **Requerimento n.º 150/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, requerendo a inclusão da Linha Mangabeira no município de Lindoeste, no Programa Estradas Rurais Integradas e Sistemas de Conservação; **Requerimento n.º 151/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a adoção de providências administrativas para a melhoria no atendimento do Instituto Medico Legal de Cascavel; **Requerimento n.º 155/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, requerendo o relatório das iniciativas da Secretaria sobre o empreendedorismo rural; **Requerimento n.º 165/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento de Hermes Gonçalves, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2023; **Requerimento n.º 166/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Sr. Presidente da Sanepar, requerendo informações sobre interrupções de fornecimento de água potável no município de Rolândia; **Requerimento n.º 167/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia de Energia-Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, requerendo providências emergenciais quanto às constantes quedas de

fornecimento de energia na região Sudoeste do Estado; **Requerimento n.º 168/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária no Paraná - INCRA, requerendo a conclusão do processo de titulação da Sr.^a Eloina Lourenço dos Santos Sampaio; **Requerimento n.º 169/2023**, dos Deputados Batatinha e Anibelli Neto, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento da Ex-Deputada Federal pelo MDB de Goiás, Sr.^a Iris de Araújo Rezende Machado; **Requerimento n.º 170/2023**, da Deputada Ana Júlia, solicitando moção de louvor e aplausos às Promotoras Dr.^a Ticiane Louise Santana Pereira e Dr.^a Roberta Franco Massa, atuantes perante a Vara Privativa do Tribunal do Júri de Curitiba no caso Ana Paula Campestrini.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 152/2023**, do Deputado Professor Lemos, Líder do Bloco PT/PDT, indicando o Deputado Renato Freitas como membro titular e a Deputada Ana Júlia como membro suplente para a Comissão de Igualdade Racial, e o Deputado Requião Filho como membro titular e o Deputado Arilson Chiorato como membro suplente para a Comissão de Minas, Energia e Água; **Requerimento n.º 153/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 507/2016; **Requerimento n.º 154/2023**, do Deputado Anibelli Neto, Líder do Bloco MDB/PROS/PSB/SD, indicando membros para a composição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa: Comissão de Igualdade Racial, Deputado Samuel Dantas como membro titular e Deputada Marli Paulino como membro suplente; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Deputado Batatinha como membro titular e Deputado Alisson Wandscheer como membro suplente; Comissão de Minas, Energia e Água, o Deputado Luís Corti como membro titular e Deputado Batatinha como membro suplente; **Requerimento n.º 156/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do PSD, indicando os membros titulares e suplentes do Partido Social Democrático - PSD que participarão das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa: Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa,

Deputado Cobra Repórter como membro titular e Deputado Tercílio Turini como membro suplente, e Deputada Márcia Huçulak como membro titular e Deputado Moacyr Fadel como membro suplente; Comissão de Minas, Energia e Água, Deputado Márcio Nunes como membro titular e Deputado Alisson Wandscheer como membro suplente, e Deputado Marcelo Rangel como membro titular e o Deputado Tercílio Turini como membro suplente; Comissão de Igualdade Racial, Deputado Tercílio Turini como membro titular e Deputado Artagão Junior como membro suplente, e Deputada Cloara Pinheiro como membro titular e Deputado Moacyr Fadel como membro suplente; **Requerimento n.º 157/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, Líder do PL, indicando os membros para as novas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa: Comissão de Igualdade Racial, Deputado Delegado Jacovós como membro titular e Deputado Gilson de Souza como membro suplente; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Deputado Delegado Jacovós como membro titular e Deputado Gilson de Souza como membro suplente; Comissão de Minas, Energia e Água, Deputado Delegado Jacovós como membro titular e Deputado Gilson de Souza como membro suplente; **Requerimento n.º 158/2023**, do Deputado Denian Couto, Líder do Bloco PODE/PSDB/CDN, indicando o Deputado Denian Couto como membro titular e o Deputado Fábio Oliveira como membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa; **Requerimento n.º 159/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do PSD, solicitando alteração da indicação do Deputado Tercílio Turini pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli como membro titular Comissão de Igualdade Racial, e o Deputado Artagão Júnior como membro suplente; Deputada Cloara Pinheiro como membro titular e o Deputado Moacyr Fadel como membro suplente; **Requerimento n.º 160/2023**, do Deputado Denian Couto, Líder do Bloco PODE/PSDB/CDN, indicando o Deputado Denian Couto como membro titular da Comissão de Minas, Energia e Água e o Deputado Fábio Oliveira como membro suplente; **Requerimento n.º 161/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, Líder do PL, solicitando a substituição do membro titular Deputado Ricardo Arruda pelo Deputado Delegado Jacovós, referente à Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais da Assembleia Legislativa, permanecendo como membro

suplente o Deputado Gilberto Ribeiro; **Requerimento n.º 171/2023**, do Deputado Marcio Nunes, solicitando licença de suas atividades como parlamentar a partir do dia 1.º de março de 2023, para ocupar o cargo de Secretário de Estado do Turismo, na forma do inciso III art. 104 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 162/2023, da Deputada Márcia Huçulak e do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de março de 2023 para ouvir o Sr. Paulo Fraxino, Secretário da Sociedade Paranaense de Nefrologia, que falará sobre a Saúde Renal para Todos - Dia Mundial do Rim.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 146/2023**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de fevereiro de 2023; **Requerimento n.º 163/2023**, do Deputado Hussein Bakri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2023; **Requerimento n.º 164/2023**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 147/2023**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de fevereiro de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercilio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28 de

fevereiro de 2023, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:**
Audiência Pública do Secretário de Estado da Fazenda para apresentação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h37, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)